

JOSE CRUZ



Sessão especial no Plenário abre a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Senado une forças em defesa das pessoas com deficiência

Sessão especial, exposições, audiências públicas e *shows* foram algumas das muitas atividades da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, encerrada no domingo. Promovido

pelo Senado, o evento reuniu artistas, empresários, autoridades e entidades do setor, que destacaram a importância da iniciativa para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

PÁGINA 12

Senado reverencia a memória de Ramez Tebet

“Poucos o superaram em coragem, mas também na ausência de cobiça.”

Assim o presidente do Senado, Renan Calheiros, resumiu algumas das qualidades de Ramez Tebet, falecido dia 17, vítima de câncer no fígado. Em sessão de homenagem na segunda-feira, os senadores se revezaram na tribuna para destacar o senso de justiça e a capacidade de diálogo do colega.



De 2001 a 2003 Ramez Tebet presidiu o Senado: sua lisura, integridade e entusiasmo foram lembrados pelos senadores

PÁGINAS 8 E 9

Porto seco pode acabar com gargalo na alfândega

A abertura de novos centros de desembarço **aduaneiro** perto dos locais de produção é vista como alternativa para **desafogar** portos, aeroportos e áreas de fronteira – algo essencial para fomentar o **comércio** exterior e o **crescimento** do país. Mas o novo modelo proposto pelo governo para incentivar a criação desses portos, objeto de **MP** aprovada na Câmara, ainda gera **polêmica**. A matéria chega esta semana ao Senado.

PÁGINA 3

Parecer sobre ato médico em pauta nesta quarta

Lúcia Vânia afirma que conseguiu consenso de profissionais de saúde em torno de substitutivo e envia o texto para a Comissão de Assuntos Sociais.

PÁGINA 2

Livro mostra o papel das CPIs na democracia

PÁGINA 11

Estimativa de arrecadação federal sai até terça-feira

PÁGINA 5

cidadania

Cuidados que ajudam a evitar acidentes com as crianças

No Brasil, 6 mil crianças com menos de 14 anos morrem a cada ano em razão de acidentes. Para os especialistas, a maioria das perdas poderiam ser evitadas com proteção, educação e disciplina. Veja nesta e na próxima edição do *Especial Cidadania* como reduzir riscos de afogamento, queda, intoxicação e asfixia.

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

Página 13



COMPETITIVIDADE Portos secos movimentam e armazenam mercadorias importadas ou destinadas à exportação



Os consultores do Senado Alberto Zouvi (E) e José Patrocínio (de costas) conhecem porto seco no DF

MP agiliza abertura de mais portos secos no país

O Senado recebe esta semana a medida provisória que altera o regime jurídico de exploração dos portos secos. Aprovada quarta-feira passada na Câmara, na forma de projeto de lei de conversão do deputado Edinho Montemor (PSB-SP), a MP 320/06 visa aumentar o número desses portos no país para desafogar os principais terminais de entrada e saída de mercadoria, chamados de zonas primárias (portos, aeroportos e pontos de fronteira) e agilizar o processo aduaneiro, em uma iniciativa que vislumbra a política de crescimento do Brasil.

Para isso, a MP permite ao governo conceder licenças (autorizações) para que mais empresas privadas prestem o serviço. Hoje, as empresas que administram os portos secos são concessionárias ou permissionárias, escolhidas em processo licitatório, que foram contempladas com prazo de 25 anos, prorrogáveis por mais dez.

De acordo com a Secretaria da Receita Federal (SRF), o atual processo licitatório favorece impugnações administrativas e judiciais que retardam novas outorgas, o que justificaria o novo regime de li-

cença. Em geral, as impugnações são provocadas por empresas que já administram os portos.

Segundo a SRF, há 63 portos secos em funcionamento em 14 estados e no Distrito Federal.

Os portos secos são unidades alfandegadas localizadas no interior ou em zonas contíguas a portos, aeroportos e fronteira, onde são feitas a movimentação e a armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação.

Normalmente próximo a regiões produtoras e consumidoras, o porto seco – que com a MP passará a ser chamado de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro – recebe e libera em tempo muito menor mercadorias (na importação) provenientes das zonas primárias ou

que para elas serão encaminhadas (na exportação).

Ali as mercadorias são conferidas e analisadas pelos fiscais federais – auditores da Receita Federal e fiscais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento – e são realizados os procedimentos aduaneiros para que possam ser retiradas pelo importador ou despachadas para outros países.

Para passar pelos portos secos, os produtos precisam ser de empresas credenciadas na Receita Federal, da mesma forma que as transportadoras das cargas. Assim, não é preciso fazer qualquer desembarço aduaneiro nas zonas primárias, geralmente pontos estrangulados com a demanda muito acima da capacidade de atendimento. Pessoas físicas também podem utilizar esses portos.

O consultor do Senado Alberto Zouvi alerta para o ponto sensível do regime de licença: o prazo de

180 dias, prorrogável por igual período, contados da data da conclusão do projeto do porto seco, para que a administração pública federal defina a lotação dos servidores

que irão fiscalizar. A MP determina ainda a contagem em dobro desses prazos nos dois primeiros anos de vigência da nova lei.

– O gargalo de pessoal poderá levar o novo modelo ao colapso, na medida em que a demora na outorga da licença inviabilizará o investimento daqueles que a pedirem por último – afirma o consultor.

A contratação de novos fiscais, fatalmente ocorrerá, na opinião do presidente da Associação Brasileira de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro (Abclia), Albino Tramuja.

– A arrecadação é importante para o governo e esse monopólio de poucas empresas no comando dos atuais portos aumenta o custo Brasil. Isso precisa mudar – diz.

Mecanismos antifraudes geram polêmica

A MP 320/06 altera vários dispositivos da legislação aduaneira, para combater a fraude e simplificar o despacho de mercadorias.

Alguns pontos são polêmicos, como a instituição de “pena de perdimento” – apreensão, sem possibilidade de recurso – para as mercadorias não declaradas por viajantes vindos do exterior e que possam ter finalidade comercial ou representem risco sanitário.

Esse dispositivo foi matéria de emenda dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), que o consideram inconstitucional, já que o artigo 62 da Constituição federal veda a edição de medida provisória para matérias que tratem da detenção ou seqüestro de bens.

– Até hoje, a Secretaria da Receita Federal não logrou editar norma definindo a quantidade ou característica que revele a finalidade comercial de bens contidos em bagagem – alerta o senador Jereissati.

Ele lembra, na justificativa da emenda, que essa definição acaba ficando a cargo do

agente fiscal, que pode desqualificar os bens como bagagem e, com isso, o viajante não terá a oportunidade de pagar os impostos e multas devidas para ter a mercadoria liberada.

Para atender às regiões de baixa densidade econômica, que não despertam interesse da iniciativa privada, a medida provisória também propõe a instituição de Bases de Fiscalização Aduaneira (BFAs), que serão recintos alfandegados, administrados pela SRF, localizados no interior, em pontos estratégicos na estrutura viária regional, mas distantes das fronteiras.

– Esse regime será aplicado para mercadorias regionais, como madeira e soja, transportadas entre o ponto de fronteira e a BFA. O desvio de rota pelo caminhoneiro, sem motivo justificado, ou a descarga da mercadoria em local diverso da base serão objeto da pena de perdimento – explica o consultor legislativo do Senado Alberto Zouvi.

Para o consultor, “a BFA propiciará a legalização de operações que hoje se realizam na clandestinidade e servirá como estrutura de apoio logístico no combate ao contrabando e ao descaminho nessas regiões”.



Romeu Tuma e Tasso Jereissati criticam dispositivo da MP que prevê apreensão de mercadorias: inconstitucionalidade

Unidade no DF movimentou US\$ 150 milhões

O Distrito Federal tem um dos mais novos portos secos do país. Instalado há dois anos, em uma área de expansão econômica a 30 km do Congresso Nacional, o porto movimentou US\$ 150 milhões de janeiro a novembro deste ano em importações – que representam o forte da unidade – principalmente de fármacos, equipamentos de informática e máquinas gráficas. Em 2005, US\$ 600 mil em mercadorias foram exportadas, especialmente componentes eletrônicos.

Segundo o gerente-geral da unidade, Edward Martins, as mercadorias são liberadas, em média, em cinco dias, prazo que pode passar de um mês na zona primária. Metade da carga chega por via aérea e outra metade por via rodoviária, dos quais 80% são provenientes do Porto de Santos, um dos mais estrangulados pela forte demanda.

O porto seco local cobra 0,35% sobre o custo total de mercadoria, seguro e frete por dez dias, mais 0,4% para outras despesas. Para o mesmo período, afirma Martins, a Infraero cobra 1,50%.

A empresa permissionária do porto seco do DF previa expandir a unidade, que atualmente tem um galpão de 4,2 mil metros quadrados, para mais dois novos galpões e três unidades frigoríficas. A MP 320/06 mudou temporariamente os planos dos investidores, de acordo com Martins.

– Agora vamos esperar, porque a MP é surrealista. Antes havia uma série de exigências, como um capital líquido da empresa de R\$ 5 milhões (agora serão R\$ 2 milhões) e passava-se por um processo licitatório rígido. Com a licença, qualquer um poderá abrir um porto seco – reclama o gerente, que aponta investimentos de R\$ 15 milhões no porto.

A empresa investiu em um desvio de 1.460 metros de linha ferroviária para carga e descarga e pretendia destinar um galpão somente para a Sony e outro para a Gerdau. Essa última empresa justificaria a movimentação de 1,2 mil toneladas por mês de alumínio, proveniente das unidades de reciclagem do DF, de acordo com Martins.

– O porto serviria de âncora para uma série de outras atividades – afirma o gerente, para quem o governo não ouviu o segmento antes de editar a medida provisória.

O presidente da Associação Brasileira de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro (Abclia), Albino Tramuja, tem opinião bem diferente. Ele é favorável à MP pela abertura de mercado à livre concorrência e acredita que, com ela, o número de portos secos no país deva aumentar 40%.

Desembarço para importar e exportar mercadorias é maior virtude

Mudanças de nomes e regimes

A autorização para que fossem criados despachos aduaneiros fora das zonas primárias (portos, aeroportos e pontos de fronteira) foi dada pelo Decreto-lei 1.455/76. Surgiram assim os portos secos, principalmente no interior dos estados, à época denominados Depósitos Alfandegados Públicos (DAPs). Os portos passaram ainda por outras denominações, sendo administrados pelas empresas permissionárias por muitos anos com habilitações precárias, concedidas pela Receita Federal. Com a Constituição de 1988, foi estabelecido que a concessão e permissão da prestação de serviços públicos passasse por licitações, o que na prática começou a ser feito em 1995, com a regulamentação feita pela Lei 9.074. Essa nomenclatura usual de porto seco só foi adotada em 2002, com alteração do regulamento aduaneiro. Agora, a MP 320/06 muda o regime para licença e dá nova denominação: Centro Logístico e Industrial Aduaneiro (Clia).

PLENÁRIO



Jucá (à esquerda, 2º de pé), como líder do governo, criticou projeto, por criar despesa permanente

Plenário aprova 13º para o Bolsa Família

Em pouco mais de 30 minutos, os senadores aprovaram o projeto de lei do Senado (PLS 262/06) que inclui no programa Bolsa Família o benefício natalino, equivalente a um 13º salário, conforme ressaltou o autor da proposta, Efraim Morais (PFL-PB). A matéria segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, o bônus natalino será pago junto com o benefício do mês de dezembro. A proposta só poderá ser efetivada a partir de 2007, mesmo assim se os deputados federais vierem a aprová-la ainda em 2006.

Antes da aprovação da redação final, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), emitiu, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), parecer em Plenário sugerindo a não-aprovação da matéria, alegando que ela teria um vício de origem por gerar despesas permanentes para o Poder Executivo.

Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e Osmar Dias (PDT-PR) elogiaram a iniciativa de Efraim e congratularam o colega pela aprovação do projeto. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também comemorou a aprovação da matéria.

Efraim pede apoio dos deputados

Após a votação, Efraim Morais agradeceu o apoio dos líderes partidários e lembrou ter apresentado o PLS em setembro deste ano, antes da definição de quem seria o presidente da República entre 2007 e 2010. Ele salientou que a criação do bônus natalino para o Bolsa Família beneficiará milhões de brasileiros e pediu que os deputados federais apreciem e votem o projeto ainda este ano, para que possa ser efetivado já

a partir de 2007.

Na justificativa da matéria, o senador ressalta que o programa Bolsa Família “tem-se concretizado de forma surpreendente e já mostra resultados bastante positivos”. Na avaliação dele, o bônus natalino contribuirá para o aumento da auto-estima dos beneficiários.



Efraim lembra que propôs medida em setembro, antes das eleições

TRT-RJ poderá criar novos cargos para funcionar melhor

Em regime de urgência, o Plenário aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 85/05) que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ). A matéria seguiu para a sanção do presidente da República.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) explicou que havia uma dúvida quanto ao impacto financeiro que a proposta poderia provocar nas contas do governo, mas ficou demonstrado que ele será de menos de 0,5% ainda em 2006, e já há previsão orçamentária regular para 2007.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que se absteria de encaminhar contrariamente ao PLC, mesmo criando uma nova despesa nas contas do governo, como forma de homenagear Roberto Saturnino.

O senador e governador eleito Sérgio Cabral (PMDB-RJ) associou-se a Saturnino na defesa da aprovação da matéria e lembrou que o prédio do TRT-RJ sofreu um grande incêndio há dois anos.

– Mesmo assim, funcionários, ministros e advogados fizeram um grande esforço para manter o TRT funcionando de maneira competente – frisou.

Frazão do Couto é aprovado para integrar conselho

Com 45 votos favoráveis e 7 contrários, o nome do advogado paraense Sérgio Alberto Frazão do Couto foi acolhido pelo Plenário do Senado para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Frazão do Couto é conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pelo Pará. A matéria vai ao Palácio do Planalto, para nomeação.

Os senadores paraenses Ana Júlia Carepa (PT), Flexa Ribeiro (PSDB) e Luiz Otávio (PMDB) manifestaram sua solidariedade ao novo membro do conselho. Ana Júlia salientou que se trata de “jurista renomado”. Flexa Ribeiro disse ter certeza de que Frazão “irá prestar excelentes serviços à nação brasileira”. Luiz Otávio, relator da indicação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), afirmou que Frazão “dignificará e honrará o Pará, o país e a Ordem dos Advogados do Brasil”.

Senado ratifica quatro acordos internacionais

O Plenário aprovou quatro projetos de decreto legislativo (PDLs 413 a 416, de 2006) que tratam de acordos internacionais assinados pelo Brasil. Todos seguem, agora, à promulgação.

O PDL 413/06 traz o texto da Convenção sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, firmada pelos países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O PDL 414/06 é um acordo de cooperação entre Brasil e Índia nas áreas de defesa e segurança, alcançando, entre outros, os cam-

pos de pesquisa e desenvolvimento; aquisição e apoio logístico; e operações internacionais de manutenção de paz.

O terceiro projeto (PDL 415/06) trata da cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a União Européia, tanto para pesquisa básica como para pesquisa aplicada.

O Acordo sobre Serviços Aéreos (PDL 416/06) envolve Brasil e Portugal, concedendo remissão de débitos em contribuições sociais e outros ônus das empresas aéreas que operam nos dois países.

Lei deve incentivar a pesca oceânica no país

Vai à sanção presidencial o projeto de iniciativa do Executivo (PLC 21/06) que institui o registro temporário brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou fretadas por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras. A matéria, aprovada pelo Plenário, recebeu voto favorável da relatora, Ideli Salvatti (PT-SC).

Com a medida, a embarcação terá suspensão provisória de sua bandeira do país de origem. Empresários do setor acreditam que a lei permitirá o desenvolvimento da pesca oceânica do Brasil.

Fóruns internacionais, como a Comissão Internacional para a Convenção do Atum Atlântico, definem as cotas de pesca de acordo com os registros históricos de cada país. Os países onde a pesca é mais desenvolvida defendem que a cota de captura de peixes deve ser contabilizada ao país de origem da embarcação, em detrimento do país que arrendou o barco. Com a obrigatoriedade do registro temporário no Brasil, a embarcação estrangeira passaria a ser legalmente brasileira e as cotas não poderiam ser atribuídas a outro país.

Testemunhas e vítimas vão depor mais protegidas

Vítimas e testemunhas de crimes como assassinato e roubo passarão a ter maior proteção, podendo optar por não depor na presença do acusado ou prestar depoimento encapuzadas ou usando microfones com modificador de voz. A decisão terminativa foi tomada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao aprovar projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). O PLS 173/01 segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

A comissão aprovou ainda proposta do senador Tião Viana (PT-AC) que obriga a União a conceder indenização às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida (PLS 156/06); e o PLS 137/05, do

senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que dispensa os templos religiosos da exigência de estudo prévio de impacto de vizinhança, antes de sua instalação e funcionamento, como prevê hoje o Estatuto da Cidade.

A CCJ também acolheu em decisão terminativa outro projeto de Alvaro Dias, o PLS 2/05, que prevê a suspensão do prazo prescricional até a satisfação da composição dos danos pelo réu e o restabelecimento do direito de ação em caso de descumprimento da transação da pena.

Foi aprovado ainda o PLC 46/06, que altera itens do Estatuto da Terra que tratam do arrendamento rural, da parceria agrícola, da pecuária agroindustrial e extrativa.

Projeto amplia controle sobre os ferros-velhos

Na mesma reunião da semana passada, a CCJ, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou, em decisão terminativa, o PLS 372/05, do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que cria normas mais rígidas para o funcionamento de desmontes de carros em ferros-velhos. Se não houver recurso, a matéria será enviada à Câmara.

O projeto obriga os ferros-velhos a informar aos Detrans a entrada dos veículos na oficina, além de emitirem a nota fiscal tão logo o carro a ser desmontado seja adquirido.

A proposta cria um banco de dados para combater com mais eficiência roubos, furtos e fraudes de peças e veículos. Os Detrans poderão controlar informações relativas à origem das peças, números de notas fiscais, além da quantidade de peças aproveitadas pelos ferros-velhos.

Tuma – que presidiu a CPI Mista do Desmanche de Carros – disse acreditar que a iniciativa também vai estimular vários ferros-velhos a legalizarem sua atividade, gerando empregos e estimulando o comércio legal de peças usadas.

CONGRESSO Ponto de partida para reavaliação de recursos deve ser a projeção que indica acréscimo de R\$ 5,5 bilhões

Comitê deve votar nova estimativa de receita

Na reta final para definir o montante de recursos com que o Congresso deve contar para as emendas coletivas e individuais dos parlamentares, o Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária se reúne nesta segunda e terça-feira, para bater o martelo na nova estimativa de arrecadação federal para 2007. O ponto de partida deve ser a projeção feita pelos consultores de Orçamento, que indica acréscimo de R\$ 5,5 bilhões, segundo o relator-geral do Orçamento, Valdir Raupp (PMDB-RO).

Mas esse número deve mudar, dependendo do tamanho das desonerações fiscais que o governo quer fazer para impulsionar a economia nesse segundo mandato. Também persiste a indefinição quanto às medidas para conter a expansão dos gastos correntes, como pessoal, Previdência e custeio da máquina federal. Na

última quinta-feira, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou algumas medidas do pacote, principalmente para induzir o investimento na construção civil, que poderá implicar uma renúncia fiscal entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12 bilhões já em 2007.

Raupp deve se encontrar nesta semana com Mantega e com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para debater o pacote fiscal. Raupp reafirmou sua intenção de orçar a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), que implicaria uma renúncia fiscal de R\$ 1,546 bilhão na soma de 2007 e 2008.

O reajuste do salário mínimo para R\$ 375 é outra questão sobre a qual Raupp já avisou que não irá recuar, apesar da intenção do governo de baixar a previsão orçamentária para R\$ 367. O relator deixou claro que essa decisão não passaria no Congresso.

Comissões fazem emendas à proposta orçamentária

Diversas comissões permanentes do Senado aprovaram as cinco emendas que cada uma tem direito de apresentar ao projeto de lei orçamentária de 2007. O objetivo das dotações sugeridas é a realização de empreendimentos e serviços na área de competência dos colegiados.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) acolheu emendas num total de R\$ 650 milhões, enquanto a Comissão de Educação (CE) prevê a

destinação de R\$ 3 bilhões, sendo um terço para a construção de 6 mil creches. As emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) totalizam R\$ 840 milhões e as da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), R\$ 150 milhões. Já a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) prevê emendas no valor de R\$ 1 bilhão e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cerca de R\$ 1,1 bilhão.



Raupp (E) debate com Mantega e Paulo Bernardo impactos do pacote fiscal na proposta orçamentária

Jucá negocia novo rito para Orçamento

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), vai negociar esta semana com líderes partidários da Câmara e do Senado a votação do projeto de resolução (PRN 02/05) que muda o rito de tramitação do projeto de Orçamento da União, permitindo maior transparência na apresentação e discussão de emendas parlamentares.

Apresentado pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR), o projeto corta pela metade o número de parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) – de 84 para 40 integrantes – e impõe rodízio de partidos nas dez relatorias. O grande número de membros da CMO é apontado como uma das causas das dificuldades do governo na área

orçamentária, pois é difícil reunir o quórum necessário quando não há acordo partidário.

Além disso, o projeto determina que toda obra iniciada com verba do Orçamento oriunda de emendas de bancadas terá de receber dinheiro no ano seguinte, até que seja finalizada.

A falta de acordo sobre o projeto de resolução impediu a votação de qualquer matéria pelo Plenário do Congresso nos últimos sete meses. Barros ameaçou, nesse período, derrubar as sessões com pedido de verificação de quórum caso sua proposta não entrasse em votação. Pressionados por parte de suas bancadas, os líderes partidários não deram apoio à votação.

Nos últimos dias, Jucá fechou

um acordo com o deputado, o que permitiu algumas mudanças no texto da proposta. O próprio Jucá vai apresentar um substitutivo ao projeto. Se houver acordo, a matéria pode ser votada na reunião do Congresso convocada para esta terça-feira.

O senador propõe manter o item que provocou mais polêmica entre parlamentares e foi motivo até de uma recomendação da CPI dos Sanguessugas – a proibição de emendas parlamentares com redação genérica destinando verbas a estados e municípios. Emendas genéricas para compra de ambulâncias por prefeituras foram apontadas pela comissão parlamentar de inquérito como o início dos processos viciados que acabaram em fraudes.

Parlamento do Mercosul terá ata em dezembro

A ata constitutiva do Parlamento do Mercosul deverá ser assinada ao final de reunião plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do bloco (CPCM), prevista para 15 de dezembro, em Montevidéu. A sessão inaugural do novo

órgão, a ser definida durante a reunião, poderá ser realizada em Brasília e coincidir com a Cúpula de Presidentes do Mercosul, nos dias 18 e 19 de janeiro.

– Esperamos ter em dezembro a ata constitutiva do Parla-

mento do Mercosul, para que passemos em janeiro à consolidação do novo órgão, na cúpula presidencial, e contemos com o pleno funcionamento do Parlamento a partir de março de 2007, já na capital uruguaia – disse Zambiasi.

PLENÁRIO

Cristovam: democracia exige oposição

Em discurso no Plenário sexta-feira, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) externou sua preocupação com o que qualifica de tentativas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de universalizar o apoio ao governo. Para o senador, as propostas de diálogo de Lula com a oposição na verdade encobrem um desejo de cooptar os políticos opositores. Segundo Cristovam, Lula sugeriu que a oposição parasse de

se opor ao governo até 2010.

O parlamentar considera que todos os partidos devam dialogar com o presidente, mas defendeu que o PDT se mantenha na oposição. Para o senador, deixar o país sem oposição seria matar a democracia. Na opinião de Cristovam, Lula deveria apelar para que as pessoas continuassem fazendo uma oposição propositiva.

– Apóio a idéia do presidente

de dialogar, mas deixo minha preocupação com a intenção de optar. Não há democracia em que todos os parlamentares apoiem o governo. Governo sem oposição é ditadura – disse Cristovam.

O senador disse desejar que Lula tenha uma base de apoio amplo para governar, mas espera que alguns partidos vejam que é na oposição que eles podem dar ao país a melhor contribuição.

Paim defende políticas de inclusão social

O senador Paulo Paim (PT-RS) saudou a realização da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado Federal, e defendeu a adoção de políticas de inclusão social pelo governo e pela sociedade. O senador pelo PT gaúcho disse que apresentará projeto

determinando que as verbas da União só poderão ser destinadas àqueles setores que promovam o chamado “corte de diferenças”, por meio do qual são implementadas iniciativas que favorecem o ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Paim também destacou algu-

mas iniciativas adotadas pelo Senado semana passada, como a inauguração da sala de acessibilidade da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, que dispõe de computadores adaptados para que portadores de deficiência tenham acesso ao acervo digital em áudio e texto.

Motta critica Ibama e propõe novo modelo tributário

O senador João Batista Motta (PSDB-ES) acusou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de ultrapassar suas atribuições legais ao criar reserva de 400 quilômetros de extensão entre o Espírito Santo e a Bahia. Motta afirmou que apenas o presidente da República possui essa atribuição legal, recebida do Legislativo.

– Esta Casa nunca deu poderes ao presidente do Ibama para criar área de reserva – afirmou.

O senador defendeu ainda novo modelo tributário para o país, com instituição de tributos sobre o consumo de bens e serviços de concessão pública.

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO – Serys Slhessarenko (PT-MT) ocupou o Plenário para condenar a discriminação, em especial contra pessoas com deficiências físicas, homossexuais, negros e mulheres. Ela é autora de projeto (PLS 300/06) que torna crime o ato de impedir a matrícula de crianças portadoras de necessidades especiais em escolas.

GEOVANI BORGES – O senador Geovani Borges (PMDB-AP) despediu-se sexta-feira do exercício do cargo, em discurso no Plenário. Ele substituiu, desde 1º de agosto deste ano, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), licenciado do mandato. Geovani agradeceu aos senadores, aos servidores e à bancada do PMDB.

COMISSÕES

Crédito mais fácil em fim de governo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto destinado a modificar a Resolução do Senado 43/01, que contém normas para autorização de operações de crédito externo e interno a estados, Distrito Federal e municípios. Uma das alterações visa permitir que operações autorizadas pelo Senado antes dos 120 dias finais do mandato dos governantes possam ser contratadas mesmo nos últimos quatro meses do mandato.

A proposta, de autoria do presidente da comissão, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), ainda será examinada em Plenário. Em sua justificativa, o autor explica que o artigo 15 da Resolução 43 impede a contratação de crédito nos últimos 120 dias das administrações, para evitar que governantes em fim de mandato tomem empréstimos que possam desequilibrar as finanças dos entes públicos, deixando a conta para o sucessor.

Luiz Otávio observa, no entanto, que, muitas vezes, operações já aprovadas pelo Senado antes dos quatro meses finais do mandato ficam prejudicadas apenas em decorrência de exigências burocráticas posteriores. Citou, como exemplo, medidas contratuais prévias junto aos emprestadores dos recursos ou na esfera federal, nos casos em que a União é garantidora.

“Trata-se de regra de saudável responsabilidade fiscal, porém, na prática, um processo de contratação de crédito é bastante lento”, argumenta o senador.

A proposta de resolução também amplia para 30 de abril de 2007 o prazo para que estados, Distrito Federal e municípios possam se adaptar às exigências do Cadastro Único de Convênio, do governo federal, utilizado para subsidiar a análise da situação de regularidade dos entes federativos nos pedidos de autorização para contratação de crédito. O Senado adotou o mesmo sistema por meio da Resolução 43. O último prazo concedido para adaptação expira em 31 de dezembro.

O Cadastro Único de Convênio permite identificar todos os números de CNPJ de órgãos e entidades vinculadas a um mesmo ente – que são definidos como sendo compostos pelas respectivas administrações diretas, os fundos, as autarquias, as fundações e empresas dependentes.

Luiz Otávio observa ainda que o próprio governo já detectou a necessidade de conceder mais tempo para que estados, Distrito Federal e municípios se adaptem às novas exigências do cadastro único.



Luiz Otávio (E), presidente da CAE, abre reunião com homenagem ao senador Ramez Tebet, falecido no dia 17

Programação monetária do trimestre é aprovada na CAE

A mensagem da Presidência da República que trata da programação monetária relativa ao quarto trimestre do ano foi aprovada na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), apresentou parecer favorável, a ser submetido ao Plenário.

O documento, feito pelo Banco Central, informa que a dívida líquida do setor público atingiu, em julho, R\$ 1 trilhão, o equivalente a 50,3% do produto interno bruto (PIB), que cresceu 2,2% no primeiro semestre do ano, em relação a igual período de 2005.

A inflação registrou queda expressiva no trimestre encerrado em setembro, comparativamente ao período de março a maio.

A taxa de desemprego, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, atingiu 10,7% em julho deste ano, contra 10,4% no mês anterior, representando uma reversão da tendência de queda. Ainda segundo o documento, o superávit primário acumulado nos primeiros sete meses do ano atingiu R\$ 62,8 bilhões, ou 5,39% do PIB; e os juros nominais somaram, até julho, R\$ 95,1 bilhões, equivalente a 8,16% do PIB.

Senadores e BC discutem liquidação de bancos

A Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras questionou, em audiência pública com representantes do Banco Central (BC) na quarta-feira, a demora na liquidação da massa falida de diversos bancos. O presidente da subcomissão, senador Aelton Freitas (PL-MG), perguntou ao procurador-geral do BC, Francisco José de Siqueira, por que a Procuradoria Geral sempre autoriza o Departamento de Liquidações Extrajudiciais do BC a realizar alterações contábeis nos demonstrativos das

massas falidas, o que atrasa os processos de liquidação, além de representar um alto custo para os cofres públicos. O procurador-geral, entretanto, negou que as autorizações para alterações contábeis ocorram de forma generalizada.

Também participou da audiência Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Departamento de Liquidações Extrajudiciais do BC. Os convidados discutiram os processos de liquidação e o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer).

Governo terá verba para obra em rodovias



Líder do governo, Jucá anuncia acordo para votação do projeto que cria a Super-Receita

O governo poderá contratar crédito no valor de US\$ 501,2 milhões junto ao Bird (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) para despesas com a recuperação da malha rodoviária. É o que prevê matéria aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira. De acordo com o texto, US\$ 471,2 milhões poderão ser utilizados tanto para financiar novos projetos quanto para cobrir despesas financeiras do Ministério dos Transportes com ações em andamento.

No parecer favorável à operação, Valdir Raupp (PMDB-RO) esclarece que estão previstos reembolsos de despesas com a execução do Programa de Restau-

ração e Manutenção de Rodovias Federais.

O colegiado transferiu para esta semana o exame do projeto que cria a Super-Receita (PLC 20/06). Romero Jucá (PMDB-RO), líder do governo, informou que, em acordo com o relator da matéria, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), serão feitos ajustes no texto para, na votação, “evitar maiores disputas”. O projeto promove a fusão entre as secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária.

O presidente da CAE, Luiz Otávio (PMDB-PA), abriu a reunião fazendo uma homenagem ao senador Ramez Tebet, falecido no dia 17, que também presidiu a comissão.

CAE vai debater negociação Brasil-Bolívia

O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, serão convidados para audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para prestar esclarecimentos sobre as negociações com o governo da Bolívia a respeito dos investimentos do Brasil naquele país. Requerimen-

to de Jefferson Péres (PDT-AM) solicitando a audiência foi aprovado na terça-feira e a data do encontro ainda será marcada.

Também foi aprovado requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) que remete à apreciação da Comissão de Justiça (CCJ) o projeto que altera lei do Imposto de Renda para permitir a dedu-

ção de doações a instituições filantrópicas (PLS 249/04).

A CAE decidiu ainda realizar audiências públicas com ministros e especialistas para debater o projeto de Flávio Arns (PT-PR), que dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno (PLS 216/03).

Prazo maior a municípios para aprovação de plano diretor

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou, em decisão terminativa, projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que prorroga até 30 de dezembro de 2007 o prazo para as prefeituras aprovarem seus planos diretores. O PLS 93/06 altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), que havia fixado esse prazo em 10 de outubro deste ano.

Durante a reunião, Flexa Ribeiro argumentou que cerca de 40% dos municípios não cumpriram o prazo a que estavam obrigados. A aprovação do plano diretor pela Câmara Municipal envolve todos os municípios com mais de 20 mil habitantes e regiões metropolitanas. O relator do projeto, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), argumenta que a ampliação do prazo é necessária para que possa haver mobilização social.

COMISSÕES

CE vai propor música no currículo escolar

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, vinculada à Comissão de Educação (CE), vai preparar um projeto de lei para incluir o ensino da música como disciplina obrigatória no currículo das escolas brasileiras. A sugestão foi feita na quarta-feira pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), após ouvir de cinco especialistas na área a importância da educação musical para o desenvolvimento do ser humano em todos os sentidos.

– Apelo para que o Cristovam [Buarque, senador pelo PDT-DF e ex-ministro da Educação] seja o responsável pela produção desse projeto em nome da comissão, com base no que foi discutido aqui – solicitou Saturnino, ao se referir à audiência pública que ele presidia sobre o assunto.

Cristovam defendeu a educação musical como fundamental para que as pessoas possam melhor desenvolver a aptidão em outras áreas. Aliada ao ensino em tempo integral, a música, segundo o senador, deve ser introduzida nas escolas com base em três princípios básicos.

– A primeira coisa é trazer a idéia de que educação é mais do que ser um bom profissional. Em segundo lugar, voltar a idéia

de que cultura é educação. Não dá para separar as duas coisas. O último ponto é nacionalizar a educação, cuja gerência pode até ser dos pais e professores, mas o padrão tem que ser nacional – enumerou Cristovam.

Para o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), o projeto tem que prever, já de início, quatro artigos básicos.

– A introdução da música na grade curricular num determinado prazo a ser estipulado, a formação de professores com capacidade específica para a área, a adoção do período de ensino integral pelo menos na educação fundamental e a deter-

minação de que a música passe a ser considerada uma disciplina básica e não complementar – enumerou o senador pelo Acre.

Cristovam acha que música vai ampliar horizontes da educação

Participaram da audiência a professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) Liane Hentschke; o professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo; o músico e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Turíbio Santos; o compositor e diretor da Sala Cecília Meirelles (RJ) João Guilherme Ripper; e o ex-ministro da Educação Murílio Hingel, que representou o ministro Fernando Haddad.



Autoridades do setor debateram com senadores soluções para crise no controle de tráfego aéreo

Não há falta de verba, diz ministro da Defesa

Em audiência pública na semana passada, o ministro da Defesa, Waldir Pires, e o comandante da Aeronáutica, tenente brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, negaram haver conflitos entre militares e civis na administração do espaço aéreo brasileiro ou falta de verbas.

Silva Bueno disse que a contratação e treinamento de pessoal levará a situação de volta ao normal mesmo com o aumento de vôos no final do ano. Já o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Milton Zuanazzi, afirmou que a demanda cresceu 26% no ano passado e 13% este ano, o que levou às dificuldades observadas no controle de vôos.

Os depoentes também comentaram as possíveis causas do acidente entre o avião da Gol e o jato Legacy em 29 de setembro, mas não foram conclusivos. Os senadores presentes, no entanto, questionaram se a tragédia não teria sido causada pelo colapso no controle do tráfego aéreo que ficou evidente depois do episódio, evidenciando a crise no setor. Foi revelado mais tarde

que havia número insuficiente de controladores de vôo e, depois do acidente, 32 foram afastados.

O presidente da Comissão de Infra-Estrutura, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), afirmou que parte dos problemas enfrentados decorre da transição entre o modelo militar e o modelo civil de administração aérea.

– Os fatos estouraram na mão do atual ministro, a quem cabe encontrar agora a solução mais rápida para a sociedade brasileira depois do acidente – declarou.

O ministro negou qualquer crise com os militares, com quem manteria estreita cooperação. Ele anunciou que a comissão criada para formular propostas para a administração da segurança de vôos tem 60 dias de prazo e, portanto, ainda não há definição sobre o modelo a ser adotado.

Waldir Pires disse não haver contingenciamento no Orçamento de 2006, mas foi contestado pelo senador César Borges (PFL-BA). O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) avaliou que ficou demonstrada “a incapacidade do governo para conter a grave

crise”. O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) considerou que houve falta de planejamento no setor, já que o aumento do tráfego aéreo não foi acompanhado por investimentos adequados. O parlamentar apontou que o Conselho de Aviação Civil, em outubro de 2003, “já anunciava o colapso do setor aéreo pela falta de aplicação de recursos”.

Também participaram da audiência pública o presidente da Infraero, tenente-brigadeiro José Carlos Pereira, e os presidentes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, Jorge Botelho, e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, Marco Antônio Bologna.

A audiência pública foi realizada pelas comissões de Infra-Estrutura (CI); de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A CI vai apresentar emenda ao Orçamento de 2007 no valor de R\$ 200 milhões para o Fundo Aeronáutico, destinados a operação e manutenção de equipamentos de controle do espaço aéreo.

JOSE CRUZ



Saturnino, entre o ex-ministro Murílio Hingel e a professora Liane Hentschke: música como matéria obrigatória nas escolas

Aprovado dia pelo fim da violência contra a mulher

A CE aprovou parecer favorável ao projeto da deputada Iriny Lopes (PT-ES) que institui o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, a ser comemorado em 6 de dezembro (PLC 33/06). A matéria, que teve como relator o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), será examinada ainda em Plenário.

“Estudos têm mostrado que muitos homens agredem e violentam mulheres. Porém, nem todo homem é, por princípio, agressivo e muitos são aqueles que rejeitam e condenam a violência, especialmente a violência contra a mulher. Portanto, é nossa função rever modelos machistas de socialização e envolver os homens, desde cedo, nos esforços pelo fim da violência contra a

mulher, em espaços públicos e privados”, destaca Iriny Lopes na justificativa da matéria.

A CE também aprovou parecer favorável ao projeto da deputada Luíza Erundina (PSB-SP) que torna obrigatória a inserção de mensagens que estimulem o exercício da cidadania nas peças publicitárias destinadas a divulgar as obras e os serviços da administração pública federal (PLC 5/06). A matéria ainda será votada em Plenário.

O estímulo à cidadania será feito por meio da reprodução de dispositivos constitucionais e legais sobre os direitos humanos ou que condenem qualquer forma de violência, preconceito ou discriminação de raça, origem, religião, sexo, orientação sexual, idade ou condição social.

CAS debate projeto sobre contribuição assistencial

O projeto de lei que trata da contribuição assistencial, do senador Paulo Paim (PT-RS), será discutido em audiência pública pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na quinta-feira. O projeto (PLS 248/06) está tramitando na CAS e tem como relator o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

A matéria acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a contribuição assistencial, destinada ao financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais. Pelo projeto, a contribuição será descontada compulsoriamente de todos os trabalhadores e servidores membros da categoria profissional, sindicalizados ou não. O percentual de contribuição assistencial devido a ser creditado para a entidade sindical e a forma de rateio deverão ser fixados por assembléia geral dos trabalhadores.

Esse percentual de contribuição não poderá, entretanto, ser superior a 1% da remuneração bruta anual do trabalhador em atividade. O não-recolhimento das contribuições assistenciais em órgãos e empresas públicas será tipificado como ato de improbidade administrativa, conforme o projeto.

Paim disse que as entidades sindicais enfrentam verdadeira maratona para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quando fixadas em assembléia da categoria ou convenção coletiva.

Especialistas discutem o marco das comunicações

Ao debater o marco regulatório do setor de comunicações no país, o superintendente-executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), César Rômulo Silveira Neto, defendeu, no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, uma legislação que leve em conta as novas conquistas tecnológicas e a convergência entre os diversos veículos de comunicação.

Segundo ele, as principais prioridades para o aperfeiçoamento do atual modelo seriam racionalizar a carga tributária; estimular a modernização da infra-estrutura das comunicações; viabilizar programas de inclusão digital; adequar e simplificar licenças e regulamentos dos diferentes serviços de telecomunicações, estimular a competição e o uso de novas tecnologias.

Além do marco regulatório, a audiência de segunda-feira passada abordou três temas: educação na sociedade da informação, TV por assinatura e TV digital. Participaram dos debates diretores das associações brasileiras de Educação a Distância (Abed), Valdomiro Loyolla, e das TVs por Assinatura (ABTV), Alexandre Annenberg; e o superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Brasileira de Telecomunicações (Anatel), Ara Apkar Minassian.

HOMENAGEM Senadores lembram trajetória impecável de homem público que lutou 20 anos contra a doença

Senado presta tributo a Ramez Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ex-presidente do Senado, faleceu às 23h30 da sexta-feira, dia 17, em Campo Grande (MS), vítima de câncer no fígado. O senador estava em casa e entrou em coma após uma infecção respiratória. Tebet havia completado 70 anos no dia 7 de novembro e lutava contra a doença havia mais de 20 anos, quando ela se manifestou, na bexiga. Mais de 5 mil pessoas compareceram ao velório do senador, durante a madrugada, na Assembléia Legislativa. Às 9h, o corpo seguiu em carro do Corpo de Bombeiros até o aeroporto, e de lá para sua terra natal, Três Lagoas (MS). O sepultamento no Cemitério Santo Antônio contou com as presenças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Delcídio Amaral (PT-MS), Heloísa Helena (PSOL-AL), Pedro Simon (PMDB-RS), José Sarney (PMDB-AP) e Valdir Raupp (PMDB-RO), além do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Tebet deixa a esposa Fairte Nassar Tebet e os filhos Simone, prefeita de Três Lagoas, Eduarda, Rodrigo e Ramez (esses dois últimos, gêmeos). De 2001 a 2003, Tebet ocupou a Presidência da Casa no auge da crise política que resultou na renúncia dos senadores Antonio Carlos Magalhães, Jader Barbalho e José Roberto Arruda. Formado em Direito, Tebet nunca perdeu o estilo eloquente de advogado e promotor público, que enfatizava os argumentos



Ex-presidente do Senado, ex-ministro, Ramez Tebet faleceu aos 70 anos e foi enterrado em sua cidade natal, Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul

imprimindo um tom exasperado à voz.

Foi secretário de Justiça e ministro da Integração Nacional, em 2001. Seu mandato se encerraria em 31 de janeiro de 2011. Seu primeiro suplente é Válter Pereira de Oliveira (veja página 9) e o segundo, Eduardo Otávio Teixeira Marcondes.

JUVÊNCIO DA FONSECA

O senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) lembrou as “grandes lições políticas e morais” que recebeu do enterrâneo. Destacou que ele “jamais deu trégua ao desânimo”, apesar de todas as atribuições que enfrentou. Para Juvêncio, nesses 20 anos de luta contra o câncer, Tebet “se aproximou de Deus” e “purificou seu espírito”. – Sua vontade de trabalhar impressionava. Quando ele chegava ao Senado, transformava-se. A força tomava conta de seu corpo, para que ele nos proporcionasse os momentos que dividiu conosco.

JOSÉ SARNEY

Presente ao sepultamento em Três Lagoas (MS), José Sarney (PMDB-AP) afirmou que “Ramez Tebet deixou um exemplo de trabalho e participação na direção desta Casa, onde sempre demonstrou um grande espírito público, uma personalidade conciliadora e uma visão exata dos limites políticos”.

– Tebet foi um exemplo de pessoa correta e cumpridora dos deveres. Deixo aqui minha palavra de adeus e reverência para o que ele representou para o Senado e para o Brasil – disse.

CRISTOVAM BUARQUE

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou a perda “de um grande senador e de um grande colega”, lembrando ter sido “privilegiado” pelos diálogos que teve oportunidade de travar com Tebet – “um grande homem do Mato Grosso do Sul e um dos grandes homens da República brasileira”.

– Não perdemos apenas um senador, mas também perdemos um patriota – disse, ressaltando que os discursos de Tebet sempre foram voltados para os interesses do país e nunca se perdiam “em pequenas coisas”.

DEMOSTENES TORRES

Ao homenagear Ramez Tebet, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que ele foi também “um retrato do Brasil, um homem firme que se impunha não somente pela sua valentia, mas principalmente pelo conhecimento, pela galhardia, pela cortesia e pelo sentimento de que o país poderá chegar a ser o país do futuro, e que não serão os governos ocasionalmente que frustrarão essa expectativa”.

NEY SUASSUNA

Bastante emocionado, Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que Tebet foi seu amigo pessoal e, por isso, estava sendo muito difícil assimilar a perda, após mais de dez anos de convivência. Suassuna também lembrou que Tebet era um homem de partido e sempre aconselhava com muita prudência os demais parlamentares nos momentos de dificuldade.

– Mesmo com a doença, estava aqui lutando pelo seu povo e pelo seu estado – frisou.

JOSÉ AGRIPINO

Para José Agripino (PFL-RN), Tebet deixou um exemplo de comportamento para todos os congressistas, por sua defesa intransigente dos interesses das regiões mais pobres do país, especialmente do Centro-Oeste.

– Era um homem singular. Falo de um bom cidadão, bom companheiro, bom brasileiro e bom político, que deixa nesta Casa um belo exemplo de correção e de seriedade a ser seguido por todos nós.

ROMERO JUCÁ

Como líder do governo, membro do PMDB e amigo, Romero Jucá (RR) exaltou a integridade, a capacidade, a seriedade e a vida exemplar do

senador Ramez Tebet, destacando como uma das principais qualidades do parlamentar o combate às desigualdades regionais. Para Jucá, Tebet fará muita falta, pelo seu equilíbrio, posições e determinação.

MESQUITA JÚNIOR

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), ao homenagear o senador Ramez Tebet, ressaltou o senso de justiça social do parlamentar sul-mato-grossense, que, afirmou, “era algo nato”.

Mesquita Júnior também destacou a coragem de Tebet na luta contra o câncer. O parlamentar lembrou o respeito que Tebet mereceu ao assumir a Presidência do Senado em momento crise na Casa.

VALDIR RAUPP

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que conheceu Tebet quando este chefiou a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), entre 1987 e 1989, lembrou ter percebido, desde então, a preocupação de Tebet com o desenvolvimento do país, em especial das regiões mais pobres.

– Era um homem de princípios bem definidos e zeloso pela sua família.

PAULO PAIM

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que Ramez Tebet era “um homem que tinha compromisso com a liberdade, a igualdade e a justiça”. Paim disse que apaixonou-se pelas idéias do colega falecido em um vôo que fizeram juntos. – Pessoas como Tebet nunca morrem, porque suas idéias estarão sempre a guiar as nossas vidas. Por isso, viva o nosso querido Ramez Tebet! As suas idéias haverão de orientar nossos caminhos para construir um mundo igual para todos.

ACM

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou que o parlamentar por Mato Grosso do Sul “sempre foi fiel à sua própria consciência, o que representa, sem dúvida, o principal ponto na vida de qualquer político”.

– Falo isso com a autoridade de quem com ele teve divergências. E não foram poucas; foram muitas – declarou. Antonio Carlos ressaltou a unanimidade desfrutada por Tebet no Senado, “devido à força que ele fez para sobreviver dentro dos princípios da lealdade, da correção e da dignidade”.

MAGNO MALTA

O senador Magno Malta (PL-ES) enalteceu a postura política e pessoal de Tebet, dizendo que ele merece “ser copiado”. Malta salientou ainda a independência de Tebet que, mesmo com o PMDB na base do governo, votava de acordo com sua consciência. – Ramez Tebet portava-se criticamente. Estando seu partido na base do governo, votava a favor do que era bom para a nação – afirmou. Ao destacar a honradez de Ramez Tebet, disse que sua vida “foi um bom livro, de boa leitura”.

ALVARO DIAS

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o senador Ramez Tebet deixa uma referência de ética e de honradez na política e na vida pública. Ele lembrou a trajetória política de Tebet e assinalou que ele jamais se distanciou de suas raízes, de seu povo e de sua cidade natal, Três Lagoas (MS). – Sua postura digna no Parlamento e nos importantes cargos que ocupou não vai passar. Ele permanece e fica como exemplo de correção ética a nortear e inspirar todos aqueles que desejam honrar seus mandatos – afirmou.

HOMENAGEM Coragem para enfrentar desafios e a doença foram lembrados pelo presidente do Senado e Pedro Simon

Tebet nunca fugiu de desafios, diz Renan Calheiros

Com a morte do senador Ramez Tebet, disse Renan Calheiros, o Brasil fica sem um grande homem público, e ele, Renan, perde um “amigo e irmão”.

– Poucos o superaram em coragem, mas também na ausência de cobiça – afirmou o presidente do Senado na sessão solene em que foi reverenciada a memória do senador. Renan lembrou o espanto com que Tebet recebeu a missão de presidir o Senado, em 2001, mas também a fibra com que desempenhou o cargo.

Além disso, o presidente do Senado destacou o entusiasmo que Tebet demonstrava, mesmo nos momentos de adversidade, durante os quais seus olhos brilhavam antecipando uma idéia luminosa.

Unilegis e CAE homenagearam o senador no início deste ano

Em janeiro, a Mesa do Senado acolheu requerimento do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que concedeu o título de professor *honoris causa* da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) a Ramez Tebet. A Unilegis, mantida pelo Senado, começou a funcionar durante a gestão do senador como presidente da Casa, em 2002.

Na ocasião, homenagearam Ramez Tebet, o presidente do Senado, Renan Calheiros; o 1º secretário, Efraim Moraes (PFL-PB); e outros 36 senadores.

Dizendo-se com o “coração entene-

Na hora do conflito, costumava atuar como um “incentivador da concórdia”, muito embora não se negasse a entrar em justa disputa, se a circunstância assim o exigia. Mas entrava nessas disputas de maneira sóbria e comedida.

– Vi e aprendi que uma disputa não se ganha elevando-se o tom, mais ou menos como o som de um berrante que ecoa longe, cala fundo, sem agressividade. A vitória é consequência única da força dos argumentos e do lado em que se está na disputa. E bons argumentos e boas causas para defender Ramez Tebet tinha de sobra – recordou, ressaltando que Tebet lhe ensinou que “é melhor perder do lado certo a ganhar do lado errado”.

cido”, Tebet agradeceu aos colegas e a Deus.

Em março, Tebet, que presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no biênio 2003/2004, passou a integrar a galeria de fotos dos ex-presidentes da comissão. A inclusão da imagem de Tebet foi feita em cerimônia na CAE.

– É apenas um retrato, eu sei. Mas ele é muito significativo para mim porque me permite fazer um balanço do meu trabalho – afirmou.

O retrato de Tebet é o 40º da galeria dos ex-presidentes da CAE.

ARTHUR VIRGÍLIO

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse que a luta contra o câncer provou o heroísmo de Tebet. Na avaliação do senador, o colega era “um homem bom, incapaz de mentira, verdadeiro, transparente” e cumpriu seus deveres de homem público até os últimos dias de vida.

Virgílio ressaltou a coragem do colega sul-mato-grossense e afirmou que Tebet foi um dos grandes presidentes que o Congresso Nacional já teve.

– Nesta Casa, por algum tempo, aquela cadeira onde sentava Tebet será por todos nós vista com um quê de saudade. Deixa uma presença imortal, que não deixará mais de fazer parte da história da vida do Senado da República – frisou.

PAPALÉO PAES

Ao lamentar que, nos últimos dias de sua vida, Ramez Tebet tenha presenciado no cenário político “fatos e acontecimentos que macularam a vida institucional do país”, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) lembrou que, mesmo doente, o senador se fez presente nas discussões, mostrou sua indignação, reivindicou providências, exigiu postura ética e cobrou punição “para os corruptos e bandidos”. Bondade, serenidade, equilíbrio, determinação e espírito democrático exemplar foram algumas das qualidades de Tebet enumeradas por Papaléo, para quem ele deixa sua trajetória de homem público como um exemplo para os demais parlamentares.

IDELI SALVATTI

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), rendeu homenagens a Ramez Tebet, destacando a vasta experiência acumulada em sua carreira política.

Para Ideli, ele ainda teria muito a ensinar a políticos mais jovens. – Era um político que atraía para o centro, para a conciliação. Apesar de ser muito firme e muito convicto, nunca deslizava para a ofensa ou para a agressividade, e isso merece muito respeito. Era um orador às antigas, do verbo empolgado. Quando vinha à tribuna, dava gosto ouvi-lo – afirmou Ideli, lembrou ainda o esforço físico “sobre-humano” que o senador fazia para continuar participando dos trabalhos legislativos.

MÃO SANTA

Depois de assegurar que Tebet foi um exemplo para os políticos de todo o país, o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou que, com ele, o Brasil aprendeu que “é possível ser político com dignidade e com honestidade”. – Pode-se ser um santo na política. É o caso de Ramez Tebet – afirmou Mão Santa, lembrando que a gravata que estava usando era um presente do representante de Mato Grosso do Sul. Mão Santa disse ter sentido um vazio no Senado, inclusive na tribuna, devido à ausência do colega, e lembrou a visita de Tebet ao Piauí, em 2001, quando o então ministro da Integração Nacional recebeu “a maior comenda do estado do Piauí”, a Grã-Cruz Renascença.



Bandeiras do Brasil e de Mato Grosso do Sul cobrem o caixão de Ramez Tebet, em sua chegada ao Cemitério Santo Antônio, em Três Lagoas, onde foi enterrado

Simon orou por senador no Plenário

Na manhã de sexta-feira, ao saber do agravamento do estado de saúde de Ramez Tebet, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) prestou uma emocionante homenagem ao colega, por estar “dando uma lição de coragem” ao lutar há mais de 20 anos contra o câncer.

Simon lembrou ocasião em que o senador saiu do hospital e veio direto para Brasília, onde ocupou a tribuna do Senado e discursou, ainda que com

dificuldade. Para o Simon, Tebet foi uma das pessoas “mais corretas, mais dignas” que conheceu na vida pública e um senador que sempre esteve presente nos momentos mais difíceis da Casa.

– Nunca houve um problema nesta Casa sem que Tebet procurasse ajudar – afirmou.

Simon encerrou com uma oração, pedindo que fosse dado mais tempo a Tebet, “uma vida importante para o país”.

Trajetória começou no Direito

Natural de Três Lagoas (MS), Ramez Tebet formou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1959.

Atuou como advogado e posteriormente como promotor público, já no seu estado, entre 1961 a 1964. Foi professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, tendo sido chefe do Departamento de Educação da instituição em 1973.

A carreira política iniciou-se em 1975, quando tornou-se prefeito de sua cidade natal. Três anos depois, assumiu a Secretaria de Justiça do estado.

Foi deputado estadual constituinte entre 1979 e 1982 e relator da primeira Constituição de Mato Grosso do Sul.

Elegeram-se vice-governador em 1982 e quatro anos depois, governador.

Em 1987, chefiou a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Foi secretário de Justiça e ministro da Integração Nacional em 2001, durante o governo de Fernando Henrique.

Seu primeiro mandato de senador começou em 1995. Presidiu o Conselho de Ética e a Comissões de Assuntos Econômicos (CAE). Foi presidente da Casa de 2001 a 2003.

Válter Pereira assume o mandato

O presidente do Senado, Renan Calheiros, empossou, na última terça-feira, o senador Válter Pereira (PMDB-MS), primeiro suplente do senador Ramez Tebet.

O novo representante de Mato Grosso do Sul adiantou que chega ao Senado com o sonho de seguir a luta e o exemplo de Tebet.

– Não estou, hoje, alimentado pela alegria que marcou minha investidura em outros cargos no Legislativo. Venho aqui como sucessor de um dos brasileiros mais ilustres desta geração. O sonho que trago é o de seguir a luta e o exemplo de Ramez Tebet. De conseguir conciliar seu espírito de independência e altivez com a busca do diálogo e do entendimento – declarou.

Saudaram a chegada de Válter Pereira ao Senado – sem esquecer de reverenciar a trajetória política de Ramez Tebet – os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Magno Malta

(PL-ES), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS).

A carreira do novo senador por Mato Grosso do Sul inclui o exercício dos seguintes mandatos: vereador por Campo Grande em 1973; deputado estadual por Mato Grosso em 1975 e por Mato Grosso do Sul em 1983; deputado federal em 1979, 1987 e 1991.



Válter diz que quer seguir o exemplo de Tebet, “um dos mais ilustres brasileiros desta geração”

SANGUESSUGAS

Gedimar fala à CPI nesta terça-feira

O advogado e ex-policial federal Gedimar Pereira Passos, envolvido no escândalo do suposto dossiê antitucanos, presta depoimento nesta terça-feira à CPI dos Sanguessugas. De acordo com o presidente da comissão, deputado federal Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), no mesmo dia a CPI ouviu o ex-assessor da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo, Hamilton Lacerda.

Gedimar é ex-policial federal e foi preso em um hotel em São Paulo com parte do R\$ 1,7 milhão que seria utilizado para comprar o dossiê. Hamilton Lacerda é acusado de intermediar tal compra.

Ainda na terça-feira, Biscaia pretende anunciar o calendário final dos trabalhos da comissão, para que o último relatório seja apresentado em dezembro. Membros da comissão, como a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e os deputados Raul Jungmann (PPS-PE) e Fernando Gabeira (PV-RJ), defendem uma prorrogação. Biscaia alega que é impossível ampliar o prazo da comissão, uma vez que a atual legislatura encerra-se no fim de janeiro próximo.

O presidente da CPI disse que serão ouvidos especialistas em Orçamento e no combate à corrupção, para criar propostas de mudanças na elaboração do Orçamento da União. Os depoentes, ainda sem data prevista, são o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; o ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Guilherme Palmeira; e os deputados Ricardo Barros (PP-PR) e Sérgio Miranda (PDT-MG).

Em Plenário, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) conclamou a CPI a ouvir todos os supostos envolvidos na compra do dossiê contra tucanos, inclusive o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e o deputado Carlos Abicalil (PT-MT).



CÉLIO AZEVEDO

Valdebran diz que direção do PT nada sabia

Em depoimento considerado pela maioria dos membros da CPI como contraditório, o empresário Valdebran Carlos Padilha da Silva negou, em depoimento à CPI dos Sanguessugas, que tenha sido um dos principais responsáveis pelo esquema que resultou na compra do dossiê antitucanos. Ele também afastou qualquer participação de integrantes da direção do PT na operação.

Valdebran garantiu que não participou das negociações de valores ou de informações relativas ao dossiê, e que fora escalado apenas para acompanhar toda a operação.

Valdebran, que era filiado ao PT de Mato Grosso, foi preso pela Polícia Federal semanas antes do 1º turno das eleições. Com ele, a PF apreendeu R\$ 1,7 milhão.



CÉLIO AZEVEDO

Abel Pereira negou que tivesse recebido comissões

CONSELHO DE ÉTICA

Caso Suassuna deve ser votado na quinta

Após a defesa do senador Magno Malta (PL-ES), na terça-feira, o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, João Alberto Souza (PMDB-MA), informou aos membros da comissão que, na reunião de quinta-feira, pretende votar e encerrar, além do caso de Malta, os dois outros processos disciplinares instaurados contra os senadores Serys Slhessarenko (PT-MT) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Os três tiveram os nomes citados no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas por conduta incompatível com o decoro parlamentar, por suposto envolvimento na chamada máfia das ambulâncias.

No entanto, só está garantida para quinta-feira a votação do relatório apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) em

outubro, que pede a cassação de Suassuna. Na mesma reunião, os membros do conselho deverão analisar ainda o voto em separado do senador Wellington Salgado (PMDB-MG), que sugere apenas a aplicação de censura verbal ao parlamentar.

Segundo João Alberto, o relator do processo contra Serys, senador Paulo Octávio (PFL-DF), já garantiu que apresentará seu relatório na data prevista. No entanto, o Demostenes Torres (PFL-GO), relator do processo de Malta, não confirmou que concluirá seu trabalho até lá.

– Apesar de a minha convicção sobre o caso já estar bastante encaminhada, preciso analisar com calma todos os documentos e depoimentos para bem fundamentar minha decisão – explicou.



MÁRCIA KALUME

Lorenzetti: quem sabe do dinheiro é o Hamilton

Apontado pela PF como o articulador da compra do dossiê, o ex-coordenador de Risco e Mídia da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Jorge Lorenzetti, também negou ter dado autorização para o pagamento dos documentos. Admitiu apenas que comprometeu-se a receber os documentos prometidos por Luiz Antônio Vedoin em troca de “assistência jurídica” ao empresário e outros membros da família que chefiava a chamada máfia das ambulâncias.

Sobre o dinheiro encontrado no hotel Íbis, em São Paulo, no dia 15 de setembro, Lorenzetti disse que nada sabia.

– Perguntem ao Hamilton – referindo-se ao ex-coordenador da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT).



GERALDO MAGELA

Bargas acha que petistas caíram em “arapuca”

O ex-secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho Oswaldo Bargas, afirmou à CPI que não participou da compra do dossiê. Ele argumentou ter integrado a equipe comandada por Jorge Lorenzetti para negociar informações com a família Vedoin, mas garantiu ter acertado apenas uma entrevista à revista *IstoÉ*.

“Tenho a impressão de que caímos numa arapuca armada pelos nossos inimigos”, declarou Bargas, causando a indignação de membros da CPI.

– Tal quantidade de cinismo dói no estômago. Fica óbvio que eles formavam uma quadrilha estável, experiente, e entraram em acordo para montar essa versão – frisou o vice-presidente da CPI, deputado Raul Jungmann (PPS-PE).



CÉLIO AZEVEDO

Expedito afirma que participação foi só “técnica”

O ex-diretor de Gestão de Risco do Banco do Brasil Expedito Veloso também reduziu ao máximo sua participação na compra do dossiê, que seria meramente técnica: verificar a veracidade dos documentos apresentados pelos Vedoin. Segundo Expedito Veloso, a entrega dos documentos seria feita em troca apenas de assistência jurídica a membros da família.

Um dos sub-relatores da CPI, deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), apontou diversas inconsistências no depoimento, sendo a principal a falta de explicação do motivo pelo qual as reuniões entre o PT e os Vedoin continuaram (em um total de quatro) se desde o início teria ficado claro que não haveria pagamento pelas informações.

Abel nega propinas, mas admite encontros com Vedoin

O empresário de Piracicaba (SP) Abel Pereira negou que tivesse recebido comissões por intermediar liberações de verbas no Ministério da Saúde, em 2002 – na gestão Barjas Negri, do PSDB, que hoje é prefeito de Piracicaba.

Darci e Luiz Antônio Vedoin – acusados de chefiar esquema de superfaturamento de ambulâncias – disseram em depoimento que Pereira receberia comissões de até 10% para liberar verbas.

O empresário afirmou que conhecia superficialmente o então ministro, apenas por serem ambos de Piracicaba, e ressaltou não ser ligado a nenhum partido político. A princípio, Abel declarou que conhecia os Vedoin também de maneira superficial

e que nunca teve negócios com eles, mas depois admitiu ter tido vários encontros com os dois. No último deles, segundo o empresário, Darci Vedoin teria lhe oferecido documentos que supostamente comprometeriam o candidato do PT ao governo de São Paulo nas últimas eleições, senador Aloizio Mercadante (PT).

Malta diz que sai da vida pública se houver provas

Em sua defesa no Conselho de Ética, o senador Magno Malta (PL-ES) afirmou que, se for encontrada qualquer prova do seu envolvimento no esquema de fraudes, vai abandonar a vida pública.

– Se alguma coisa for provada em relação a um envolvimento meu com os Vedoin, eu me despeço da vida pública – afirmou Malta.

Em cerca de uma hora, o senador relatou sua trajetória política e social e até a sua vocação religiosa. Fundou, há 25 anos, uma instituição sem fins lucrativos para recuperar usuários de drogas. Disse que, a essa altura da sua vida, não iria “sujar o seu nome” e o seu trabalho social “fazendo acordo com bandido”.

Votação imediata é difícil, declara João Alberto

O presidente do Conselho de Ética, senador João Alberto, afirmou que, nos casos de Magno Malta e Serys Slhessarenko, somente haverá votação dos relatórios nos mesmos dias da apresentação, se os votos não forem pela cassação; e, mesmo assim, se não houver pedido de vista.

– Caso qualquer um dos relatórios seja pela cassação do mandato, terei que conceder oito dias para uma nova defesa aos acusados – explicou. O Código de Ética prevê quatro medidas disciplinares aos senadores acusados de quebra de decoro parlamentar: advertência, censura (verbal ou escrita), perda temporária do exercício do mandato ou perda definitiva de mandato.

Heráclito propõe criação da CPI das ONGs

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) apresentou requerimento, com 45 assinaturas, para criação de uma CPI destinada a apurar, no prazo de 60 dias, a liberação pelo governo federal de recursos públicos para organizações não-governamentais (ONGs) e para organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips).

Heráclito garantiu que a investigação da nova comissão deverá abranger as ONGs e Oscips de maneira geral e não apenas as com algum tipo de vinculação com o governo federal.

Heráclito lembrou que mesmo diante do fato de as ONGs terem sido concebidas para aliviar despesas públicas em áreas sociais por meio de doações, no Brasil a liberação de recursos tem ocorrido sobretudo mediante repasses do governo federal.

INVESTIGAÇÕES Interpretações distintas do regimento são usadas para criar ou impedir a criação de inquéritos

FOTOS: MÁRCIA KALLUME



A CPI dos Bingos só foi instalada um ano após sua aprovação, mesmo assim por decisão do Supremo Tribunal Federal

CPIs testemunham avanço democrático

Desde a redemocratização do país, as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) ocuparam lugar de destaque no noticiário em todos os governos após a promulgação da Constituição de 1988. Os resultados das comissões chegaram a levar ao *impeachment* de um presidente da República e à cassação de mais de uma dezena de deputados federais e de um senador. Essa é a história conhecida.

Um novo olhar lançado sobre o tema mostra que, mesmo quando não conseguem avançar mais nas investigações, as CPIs são um cenário privilegiado para observar a evolução da democracia no país. Esse é o tema do secretário-geral da Mesa adjunta do Senado, Marcos Santi, no livro *Criação de CPIs – Tensão entre o direito constitucional de minorias e os interesses políticos da maioria*, que será lançado no próximo dia 30 de novembro em Brasília.

Ele analisou as CPIs desde 1988 que tiveram grande repercussão por lidarem com temas que passavam pelos gabinetes do Planalto ou chegavam muito perto do chefe do Executivo (*leia mais nesta página*). Entre suas conclusões, Santi considera que decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) com relação às CPIs representaram um fortalecimento da incipiente democracia brasileira, em constante disputa com os ranços autoritários.

O principal ponto de observação

de Santi, que também é consultor legislativo do Senado, são as manobras regimentais das maiorias parlamentares governistas, independentemente do governo analisado, na tentativa de abafar as investigações (*veja quadro*). Nessas decisões, o autor vê a subversão de princípios constitucionais para satisfazer táticas políticas circunstanciais.

– A maioria se vale do fato de, nas decisões sobre a constitucionalidade, agir, ao mesmo tempo, como juiz e como parte interessada politicamente na decisão. Por ser majoritária, consegue valer o sucesso de sua estratégia importante naquela conjuntura – diz.



O consultor Marcos Santi analisou as CPIs enfrentadas pelos governos desde 1988

Na avaliação de Santi, a maioria só se sente encorajada a operar por meio dessas manobras quando os mecanismos de controle institucionais e sociais não funcionam.

– É indispensável que haja mecanismos de controle contra eventuais traições aos princípios do jogo democrático, pelos próprios parlamentares circunstancialmente na maioria governista. Isso porque ainda há no meio político nacional uma tendência autoritária de desrespeito às normas estabelecidas se elas não forem favoráveis à concretização de seus interesses políticos – afirma.

A situação começou a mudar, segundo o autor, por conta de uma postura mais ativa do STF, que passou a considerar matérias regimentais passíveis de controle constitucional, especialmente em decisão pela qual determinou que o presidente do Senado nomeasse os integrantes da CPI dos Bingos no lugar dos líderes partidários. Assim, o entendimento anterior de considerar decisões regimentais como assuntos *interna corporis*, usada também na defesa dos presidentes da Casa, começa a perder espaço. Sem esse controle, diz Santi, a essência da representação política é frustrada.

Embate entre governistas e oposição nas comissões

Todos os presidentes eleitos após a ditadura militar enfrentaram a criação de CPIs destinadas a investigar denúncias de corrupção no governo, revela, em sua análise, o consultor legislativo Marcos Santi. Elemento comum a esses episódios, afirma Santi, é o embate entre governo e oposição em torno da validade ou não dos requerimentos de criação das CPIs, usados, na verdade, como instrumentos políticos. Santi identifica em seu livro as táticas usadas no Congresso pelo governo, geralmente majoritário, para abafar as investigações, e pela oposição, geralmente minoritária, para desgastar o governo, e características que se repetem no jogo partidário nesses momentos. Confira, na análise do consultor, três exemplos recentes dessa prática.

1 Em março de 1995, a CPI dos Corruptores foi criada, mas não foi instalada. Os partidos que apoiavam o governo de Fernando Henrique Cardoso, porém, adotaram a tática de não indicar os nomes para a comissão. Na época, havia a interpretação de que o presidente do Senado (à época José Sarney) não poderia designar os membros no lugar dos líderes partidários. Sem o completo preenchimento das vagas, a CPI não chegou a ser instalada. A CPI acabou extinta. Essa prática se consolidou como estratégia para obstruir CPIs até 2005.

2 Em março de 1996, a CPI do Sistema Financeiro Nacional, destinada a apurar denúncias de favorecimento, pelo Banco Central, do Banco Nacional e do Banco Econômico, chegou a ser instalada, mas acabou arquivada logo depois. Neste caso, os governistas levantaram uma questão de ordem em Plenário, sob o argumento que não havia fato determinado ou limite de despesas no requerimento de criação da CPI. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, o Plenário, por 48 a 24, acataram o argumento e a CPI foi arquivada.

3 Em fevereiro de 2004, a oposição pediu a criação da chamada CPI dos Bingos, para apurar a participação de empresários de jogo e bicheiros no financiamento de campanhas políticas do PT. Os partidos leais ao governo Lula não indicaram membros para a comissão e, assim, o então presidente do Senado, José Sarney, alegou que também não poderia indicar os membros. Porém, em uma decisão inédita, o STF, mais de um ano depois, reconheceu o direito constitucional da minoria de criar uma CPI, reinterpreto o Regimento Interno e determinou que o presidente do Senado (já então Renan Calheiros) indicasse a composição da comissão.

Investigações podem perder espaço

Apesar da recente decisão do STF de reconhecer o direito da minoria de instalar CPIs, Marcos Santi entende que elas tendem a diminuir o seu espaço e importância na atuação do Legislativo federal. Além disso, observa o autor, os poderes das CPIs tendem a ser cada vez mais delimitados por interpretações do STF.

Sua análise se baseia em outras decisões do Supremo que estenderam para os inquéritos parlamentares – e também para o Conselho de Ética da Câmara – elementos característicos de processos penais, garantindo especialmente os direitos de acusados e depoentes. Entre essas decisões estão a possibilidade de a testemunha negar-se a responder perguntas que possam

incriminá-la; a garantia de transcurso de prazos para defesa; e o direito do advogado falar com seu cliente durante os depoimentos.

Santi avalia ainda que duas novas delimitações ao trabalho das CPIs devem ocorrer no futuro, de forma a circunscrever ainda mais os inquéritos parlamentares a um fato determinado. Essa condição estabelecida pela Constituição foi, na opinião de diversos parlamentares, extrapolada nas últimas investigações, especialmente pela CPI dos Bingos, apelidada de CPI do Fim do Mundo.

Para ele, também devem ser estabelecidas fronteiras mais claras que evitem a repetição exagerada de perguntas, fato que, desde as CPIs dos anos 1990, fez com que

os depoentes ficassem expostos por horas a fio, até mesmo diante das câmeras de televisão.

Outro fator, na avaliação de Santi, é que as CPIs tendem a acontecer quanto menor o apoio político do governo. E, diferentemente do que ocorreu em 2005 e 2006, o governo do presidente Lula chegará a 2007 com apoio renovado vindo das urnas.

– Esse processo é cíclico. Ano que vem vai ser eminentemente legislativo, como geralmente acontece nos primeiros anos de governos recém-eleitos. A pauta agora é outra, mais voltada para a economia. Houve uma overdose de CPI nos últimos anos. A tendência é que, no próximo ano, haja um refluxo – avalia.

Manobras para evitar a criação de CPIs

- argumentar que uma CPI para investigar denúncias de corrupção é obstáculo ao normal funcionamento da administração pública ou manobra eleitoreira da oposição;
- empregar métodos fisiológicos para cooptar congressistas e evitar que seja atingido o quórum necessário à criação de CPI;
- alegar que o requisito do fato determinado não está atendido no requerimento de criação de CPI;
- não indicar nomes para a CPI, para inviabilizar a sua instalação.

Manobras para dificultar as investigações das CPIs

- eleger o presidente e o vice-presidente da comissão e escolher o relator entre os integrantes da maioria. Assim, aumentam as chances de as investigações e as conclusões ficarem sob controle;
- deixar de dar quórum nas reuniões (embora o requisito de criação seja de um terço, o quórum de reunião é de maioria absoluta dos membros);
- o presidente da comissão pode evitar convocá-la ou, quando o fizer, marcar datas e horários em que sabidamente não haverá quórum, como segundas-feiras no início da manhã ou sextas-feiras no final da tarde;
- rejeitar requerimentos sobre diligências ou depoimentos considerados essenciais para as investigações;
- substituir representantes que integram a maioria, mas que adotam posições independentes, por outros, fiéis à orientação das lideranças. O expediente é utilizado sobretudo às vésperas de votações de relatórios ou de requerimentos importantes; e
- deixar que se encerre o prazo dos trabalhos da comissão sem a votação do relatório, deixando a CPI sem conclusões oficiais.

Obs.: Essas práticas não são privativas de um partido ou grupo político, diz Marcos Santi. A alternância no poder mostrou que quem se tornou governo em 2003 passou a utilizar-se de procedimentos comuns entre os governistas no período anterior e vice-versa.

VALORIZAÇÃO

Inclusão das pessoas com deficiência



JANE ARAÚJO



JOSÉ CRUZ



JOSÉ CRUZ



MOREIRA MARIZ



GERALDO MAGELA



MOREIRA MARIZ



JOSÉ CRUZ

Com as nossas diferenças, somos todos iguais. Assim o presidente do Senado, Renan Calheiros, saudou os participantes da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, encerrada no domingo. Na abertura, uma caminhada em torno do Parlamento reuniu atores, organizações que trabalham com portadores de deficiência, senadores e dirigentes do Senado ao som da bateria da Império Serrano. Também participaram o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, pacientes da Rede Sarah, membros do Comitê Paraolímpico Brasileiro, da ONG Força do Bem e do Centro de Equoterapia da Sociedade Hípica de Brasília. Pouco antes do início da caminhada foi feito um minuto de silêncio em luto pelo falecimento do senador Ramez Tebet.

O diretor-geral do Senado, Agaciela da Silva Maia, disse acreditar que a iniciativa tem um importante significado, uma vez que a Casa pode servir como modelo para os demais órgãos da administração federal. A

semana faz parte do Programa de Acessibilidade, Inclusão e Valorização da Pessoa com Deficiência, organizado por duas comissões de funcionários do Senado.

O evento buscou chamar a atenção de formadores de opinião para a necessidade de se melhorar as condições de vida dos portadores de deficiência, conforme explica Mônica Freitas, chefe de cerimonial da Presidência do Senado e uma das organizadoras da programação.

Também a presidente do Instituto Meta Social, Helena Werneck, considera iniciativas desse tipo importantíssimas para promover a conscientização da sociedade. Ela calcula que 14,5% dos brasileiros sejam portadores de algum tipo de deficiência.

A escola de samba Império Serrano tem a inclusão de deficientes como tema de seu samba-enredo para o próximo carnaval: *Ser diferente é normal, a Império Serrano faz a diferença no carnaval*. O vice-

presidente da agremiação, Moacir Rodrigues Filho, contou que serão mostrados personagens famosos – reais e fictícios – portadores de deficiência, como o corcunda de Notre Dame, a pintora Frida Kahlo, o escultor Aleijadinho e o pintor Arthur Bispo do Rosário.

A professora Marli Vasfiores, que dá aulas em uma escola inclusiva, avalia a iniciativa como uma ótima oportunidade para a valorização das pessoas com deficiência.

Durante toda a semana, o Salão Negro foi palco de mostras e exposições patrocinadas pelo sistema Fiesp, Ministério da Saúde, Corpo de Bombeiros e Fundação Dorina Nowil, entre outros. Também foram realizadas duas

audiências públicas – sobre a Lei de Cotas, salário e emprego e sobre a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência –, além de *show* com o grupo Paralamas do Sucesso, espetáculo circense e *talk show* com Dudu Braga.

Ações do Senado são elogiadas por entidades que trabalham com deficientes

Senado dá exemplo com ações concretas

As medidas adotadas pelo Senado para a inclusão das pessoas com deficiência servirão de inspiração para os legislativos estaduais e para as demais instâncias do poder público do país, na opinião de Renan Calheiros. Ao homenagear sua esposa, Verônica Calheiros, e todos os que trabalharam pela realização da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, Renan explicou que a expansão contínua da acessibilidade figura entre as ações voltadas para a responsabilidade

social da Casa e traduz-se em medidas concretas, que vêm melhorando a conformação do espaço físico e virtual do Senado para servidores e para visitantes.

– Mas não basta a alteração da infra-estrutura física. São necessárias mudanças de comportamento. Acessibilidade é um conceito amplo, que representa o direito de acesso, mediante equipamentos e programas adequados, e respeito às diferenças – observou.

Na opinião do presidente do Se-

nado, desenvolver acessibilidade é, sobretudo, promover um maior equilíbrio de oportunidades para todos.

Renan lembrou que, desde o ano passado, o Senado trabalha para garantir cidadania e acessibilidade e para tornar-se uma Casa aberta a todos os brasileiros. Ele apontou como exemplos dessa conduta adaptações como rampas de acesso, banheiros e ampliação de espaços para facilitar a passagem de cadeiras de rodas.

Parlamentares reafirmam apoio à luta pela inclusão

Na sessão especial realizada na abertura da semana, Ney Suassuna (PMDB-PB) prometeu da tribuna que os senadores continuarão a trabalhar ao lado das pessoas com deficiência. A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), por sua vez, ressaltou a importância das diferenças.

Em nome da liderança do PFL, Paulo Octávio (DF) lembrou projeto de sua autoria que prevê diferenciar o tamanho das cédulas, para ajudar os deficientes visuais. Efraim Moraes (PFL-PB) elogiou a dedicação de todos os que trabalham pela redução das desigualdades e Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o grau de civilização de um país pode ser definido pela maneira de tratar seus cidadãos com deficiência. Pappaléo Paes (PSDB-AP) elogiou as ações do Senado.

Convidados destacam importância da união de esforços

Entre os convidados para compor a Mesa da sessão especial de abertura do evento, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, destacou os investimentos feitos pelo setor da indústria na formação profissional de pessoas com deficiência. Já dom Odilo Scherer, secretário-geral da CNBB, lembrou que a Campanha da Fraternidade de 2006 teve como tema a inclusão da pessoa com deficiência. Também integraram a Mesa o diretor da Rede Globo José Fernandes Sardinha e os atores Guilherme Beringuer, Isabel Fillardis, Sharon Menezes e Marcos Frota.

Herbert Viana e os Paralamas fazem show vibrante

Em espetáculo vibrante, Os Paralamas do Sucesso, fizeram uma apresentação especial na terça-feira. Na abertura do *show*, o ator Marcos Frota disse que encerrar o ano dessa forma é um “golaço do Senado”.

Herbert Viana, que em 2001 ficou paraplégico em um acidente de ultraleve, declarou que se sentia honrado por participar do evento e conclamou a platéia a “abrir os olhos do país” para o tema. Estiveram presentes ao *show* o presidente do Senado, Renan Calheiros, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, e o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Na quinta-feira, um programa de entrevistas foi apresentado por Dudu Braga – deficiente visual filho do cantor Roberto Carlos que atuou na novela *América*, da TV Globo.

Imagens que chamam para o compromisso social

A instalação *Todo Mundo*, do cenógrafo Renato Theobaldo, foi um dos principais eventos da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Realizada no Salão Negro do Senado, foi patrocinada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A instalação trouxe imagens de pessoas

com deficiência e reservou espaço para apresentação do trabalho de organizações não-governamentais que lidam com a inclusão social.

Prestigiaram a exposição o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os senadores Flávio Arns (PT-PR), Paulo Paim (PT-RS), Pappaléo Paes (PSDB-AP), Leonel Pavan (PSDB-

SC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Edison Lobão (PFL-MA), além do presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

Paulo Paim ressaltou que o evento é relevante para mobilizar a sociedade e contribuir para a aprovação de projetos favoráveis às pessoas com deficiência.

Renan acompanha empresários, autoridades, artistas e entidades da sociedade civil em caminhada que abriu a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Na programação, *show* dos Paralamas, Coral do Senado, inauguração de acessibilidade digital e sessão especial

Voz do Leitor

RAMEZ TEBET

“Gostaria de homenagear o saudoso senador Ramez Tebet pelo homem digno que foi e que deixa uma lacuna na política brasileira. Tebet foi um homem que honrou seu compromisso com o povo sul-mato-grossense e com o Brasil. Ele sempre será lembrado como um senador dinâmico e sensível aos interesses dos menos favorecidos.”
Allison Almeida,
de Urbano Santos (MA)

LULA

“Assistimos pela TV, rádio e jornais o presidente Lula chamando a oposição para o diálogo em torno de uma agenda comum, ou seja, que a oposição aprecie, vote e aprove projetos que são de interesse da sociedade de um modo geral. Concordo com o presidente, mas não era isso que se via do Lula e do PT quando eram oposição. O Lula e o PT faziam oposição selvagem e irresponsável contra o governo e o país. O PT votava contra matérias importantes para todo o conjunto da sociedade.”
Evalni Rodrigues,
de Anchieta (ES)

JUSTIÇA ELEITORAL

“Quero parabenizar a Justiça Eleitoral pelo excelente trabalho que realizou no 1º e 2º turnos. Nosso sistema eleitoral é exemplo em todo mundo, porque os cidadãos conhecem os eleitos no mesmo dia em que votaram. Parabênizos todos os mesários que participaram desse *show* de democracia.”

Carlos Alberto Bezerra Júnior,
de Areia Branca (RN)

PROCURADORIA

“A Procuradoria da República do estado do Paraná é o único órgão do poder público federal que serve como canal de comunicação, que permite que

o cidadão exerça seus direitos com plena segurança, em que os procuradores trabalham intensamente para servir.”

Sérgio Augusto Dibner
Maravalhas, de Curitiba (PR)

DEFICIENTE FÍSICO

“Sugiro a criação de cotas para deficientes físicos nas universidades brasileiras, assim como já existe para os negros.”
Francisco Gilson do Nascimento, de Martins (RN)

LITERATURA

“Peço que o nosso governo incentive financeiramente as páginas na internet que divulgam a literatura brasileira.”
Valmir José Nunes Viana,
de Olinda (PE)

RADAR DE TRÂNSITO

“Não agüento mais dirigir nas ruas das grandes cidades ou nas estradas e ser surpreendido por um radar escondido atrás de uma árvore ou de um poste e alguém sentado escondido enquanto os carros são fotografados ou dão brecadas bruscas, provocando acidentes. Quem vai apresentar um projeto de lei proibindo isso? Afinal, parece que a autoridade é um bandido à espreita de sua vítima. Que as leis sejam claras e que tudo seja sinalizado: ficar escondido para aumentar a arrecadação não é melhorar o trânsito!!”
Luiz Cláudio Zabatiero,
de Campinas (SP)

CONCURSO PÚBLICO

“Os concursos públicos estão se tornando propagandas enganosas, em que são oferecidas vagas e os aprovados ficam na espera. Termina o prazo de validade do concurso e não são feitas as convocações. Isso é um grande absurdo.”
Mustavá Veríssimo da Costa,
de Barreiros (PE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

SEGUNDO TURNO

Vicente de Souza Andrade, de Serra Branca (PB)

“Por que não apresentar um projeto de lei para acabar com o segundo turno das eleições, já que é muito gasto para o país?”

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) responde:



Acho que a eleição tem de ser em dois turnos, porque para se governar um estado ou um país da dimensão do Brasil, ou mesmo municípios com uma população gigantesca, nós temos que ter a maioria dos votos. Mas uma maioria absoluta, uma maioria que justifique o prestígio de quem vai governar. Imagine só se o país elege um presidente da República com 34% dos votos. Ou até menos, no caso de existirem muitos candidatos disputando o cargo. Embora seja caro para o país, o segundo turno é fundamental para a democracia. Nas cidades pequenas, isso evidentemente não é necessário, mas é muito bom que nos municípios maiores, nos estados e na União nós mantenhamos a convicção de que é preciso um governante administrar com a maioria absoluta dos votos. Dessa forma, meu caro Vicente, ele poderá enfrentar as dificuldades políticas, e superar eventuais problemas econômicos, porque na verdade recebeu o sufrágio da grande maioria dos eleitores.

Agora é lei

Mais proteção à mulher

A lei que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher (11.340/06) – conhecida como Lei Maria da Penha – foi aprovada pelo Congresso Nacional em 7 de agosto e sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A nova lei agrava a pena para as agressões contra a mulher no espaço doméstico, estabelecendo pena de prisão de até três anos. O agressor está sujeito à prisão em flagrante e à prisão preventiva, e as mulheres agredidas serão incluídas no cadastro de programas assistenciais do governo, dentre outras medidas de proteção. Antes, as penas não ultrapassavam dois anos. As agressões eram consideradas “delitos de menor potencial ofensivo”, que são julgados pela Lei 9.099/95 (Leis dos Juizados Cíveis e Criminais – Jecrims). Até a nova lei, constata-se no Brasil a vigência de dois instrumentos legais contraditórios: a Convenção de Belém do Pará, instrumento internacional e nacional de direitos humanos, que destaca a gravidade dessa violência, e a Lei 9.099/95. A nova lei resolveu o conflito legislativo, adequando-se à Convenção de Belém do Pará, ao retirar a competência dos juizados criminais para julgar os delitos de violência doméstica contra as mulheres. A lei determina a criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, além de centros de atendimento, casas-abrigo, serviços de saúde e centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Frases

“É uma brincadeira. Se aprovarem que Papai Noel vai à casa de cada um entregar presente, vai acontecer isso?”

Romero Jucá, em crítica à aprovação do 13º salário para quem recebe o Bolsa Família.

“Somos oposição, e nossa tarefa é fiscalizar a corrupção e os erros administrativos do governo”

Arthur Virgílio, anunciando que o PSDB rejeita a proposta de um governo de coalizão.

“Estamos em um país democrático, as conclusões são tiradas das divergências de opiniões. Da mesma maneira que a população concedeu o mandato ao presidente, nos deu o mandato para fazer oposição”

José Jorge, reagindo ao pedido do presidente Lula para que o PSDB e o PFL façam oposição ao governo somente em 2010.

“É impossível, politicamente, pensar em um salário mínimo abaixo de 375 reais para o próximo ano”

Valdir Raupp, relator-geral do Orçamento, discordando do Ministério do Planejamento, que quer reduzir o valor do salário mínimo previsto para 2007.

“O senador Ramez Tebet era um político que atraía para o centro, para a conciliação. Apesar de ser muito firme e muito convicto, nunca deslizava para a ofensa ou para a agressividade, e isso merece muito respeito”

Ideli Salvatti, falando em nome da bancada do PT.

“Que adversário invisível é esse que não permite que a Câmara aprove o Estatuto da Igualdade Racial?”

Paulo Paim, autor do estatuto, ao apresentar voto de louvor à luta de Zumbi, no Dia Nacional da Consciência Negra.

“O que está por trás disso me atemoriza muito, porque pode ocultar um desejo inconfessável de acabar com a imprensa livre”

Jefferson Péres, reagindo à iniciativa do governo de fazer estudos para “democratizar a informação”, por meio de mudanças na Subsecretaria de Comunicação.

Foto da Semana

O fim do convívio com Ramez Tebet, que faleceu na semana retrasada, abateu os senadores e servidores, que segunda-feira passada prestaram uma série de homenagens ao parlamentar. A tristeza esteve presente nos discursos e nas faces de colegas como os senadores Renan Calheiros, Ideli Salvatti e Marco Maciel, além do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro (segundo à esquerda)



GERALDO MAGELA

Rádio discute educação integral

O turno integral no ensino fundamental é o tema do *Conexão Senado*, da Rádio Senado, nesta segunda-feira, às 12h. O programa discute o turno de oito horas nas escolas de ensino fundamental, aprovado no dia 14 deste mês pela Comissão de Educação em decisão terminativa.

Já o *Prosa e Verso*, também no sábado, ao meio-dia, tem como atração a obra *Claro Enigma*, de Carlos Drummond de Andrade.

O *Escala Brasileira*, sábado, às 20h, apresenta entrevista com a cantora e compositora Teresa Cristina, uma das maiores revelações do genuíno samba carioca. O programa tem reprise na quinta-feira, às 23h.

Natural de Bonsucesso, Zona Norte da cidade, ela conta que, aos sete anos, achava graça do pai ouvindo o sambista Candeia, até que, adulta, foi arrebataada pelo samba. Começou a participar de rodas de samba no Quintal da Tia Surica, em Madureira, onde cantava sambas de bambas da Portela, como

Jair do Cavaquinho, Argemiro da Portela, Casquinha e Monarco. Em 1995, após se apresentar no CEP 20000, foi convidada por Wilson Moreira para se apresentar na Casa da Mãe Joana.

A partir de 1999, a convite de Guaraci da Portela, começou a se apresentar junto com o grupo Semente, na Lapa, centro boêmio do Rio, tornando-se, sem querer, um baluarte do movimento de revitalização da área e do gênero. Participou, em 2001, do projeto O Samba é Minha Nobreza, idealizado por Hermínio Bello de Carvalho, que, além de *shows*, rendeu um álbum duplo. Seu *début* solo foi outro álbum duplo, com canções de Paulinho da Viola, que a projetaria definitivamente no mercado. A esse, seguiu-se o primeiro disco autoral também recebido muito bem pela crítica, a exemplo da estréia. Em 2005, Teresa lançou *O mundo é meu lugar*, primeiro projeto ao vivo da cantora. O *Escala* desta semana apresenta *Dona Joaninha*, *Viver*,



A cantora e compositora de sambas Teresa Cristina é atração do Escala Brasileira

Sorri, Pode guardar as panelas/perdoa, Pra quê discutir com madame, Meu guri, Pedro e Teresa e Com a perna no mundo.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Interlegis, Sebrae e Canal Futura lançam série de TV

Estreou na última quinta-feira, no Canal Futura, a série *Comunidade-Brasil – Internet para todos*, um programa com 13 episódios que se propõe a discutir temas como cultura, educação, trabalho, comércio, segurança e inclusão digital, em meio às revoluções sociais causadas pela internet. A série surgiu de uma parceria entre o Senado, por meio do Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas (Sebrae), com o Canal Futura.

Sete dos 13 episódios da série explicam a atuação do Interlegis no processo de modernização e capacitação das assembleias legislativas e câmaras municipais. Os episódios, cada um com 25 minutos de duração, serão veiculados às quintas-feiras, às 16h30, e reprisados nos sábados seguintes, sempre às 11h30. Após a transmissão pelo Canal Futura, o programa será liberado para a TV Senado.

RESENHA

Uma compilação das leis sobre direito autoral

ALEXANDRE GUIMARÃES

Pode-se afirmar que direito autoral é, de forma simples, o conjunto de leis que reconhecem o criador de obras artísticas e científicas. Esse direito permite, sobretudo, que o autor e seus sucessores, pelo prazo que a lei determinar, tenham o controle do uso que se faz de determinada criação.

Nada se pode afirmar quanto ao pagamento por obras anteriormente ao século 15. Obviamente, desde muito cedo na história da Humanidade tem-se a figura dos mecenas, patrocinadores das artes e protetores das letras. A primeira iniciativa de legislação sobre os direitos autorais apareceu na Inglaterra, em 1709, por decreto da rainha

Ana, que se concretizaria no ano seguinte no *Copyright Act*, específico aos direitos literários. No entanto, a luta pela formalização desses direitos atravessa os séculos 19 e 20.

No Brasil, o direito autoral, como o conhecemos hoje, não tem uma longa história. Contudo, vemos tal preocupação de nossos legisladores desde a promulgação do Código Civil de 1916.

A obra *Legislação sobre Direitos Autorais*, do Senado Federal, contém textos, análises e comentários sobre as normas brasileiras a respeito do assunto. Nela são apresentados a Lei 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; e os decretos 2.556/98 e 2.894/98.

Já a Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, principal norma legal sobre o assunto, conta com índice temático para facilitar o estudo do leitor. Além disso, é analisada de forma a permitir uma melhor compreensão.

Importante obra de compilação, facilitando a jurisprudência, autores, criadores e interessados no assunto o entendimento de uma legislação que, infelizmente, ainda peca em ser cumprida num país em que o autor é menosprezado.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *Legislação sobre Direitos Autorais* é uma obra técnica da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal e pode ser adquirido por R\$ 5. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

GERALDO MAGELA



Inauguração da transmissão da emissora na capital baiana foi celebrada com cerimônia no gabinete da Presidência do Senado, que reuniu senadores, diretores e outros servidores da Casa

Salvador ganha canal aberto da TV Senado

A música de Dorival Caymami diz “Você já foi à Bahia? Não? Então vá!”: a TV Senado foi e inaugurou, na última quarta-feira, o canal 53 (UHF), de transmissão aberta para Salvador, em solenidade iniciada com a canção, no gabinete da Presidência do Senado.

Na ocasião, o presidente da Casa, Renan Calheiros, frisou que essa é apenas a primeira capital estadual de um processo que levará o acesso gratuito à TV Senado para todo o país, com concessão já autorizada para outras 13 capitais até 2007. Ele salientou a importância da gestão dos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para a consolidação dos veículos de comunicação institucional da Casa – Agência de Notícias, *Jornal do Senado*, Rádio Senado e TV Senado.

– A TV Senado permitiu ao cidadão acompanhar passo a passo os trabalhos legislativos; as conseqüências foram a elevação do quórum e a maior participação dos senadores na

tribuna. Temos motivo para comemorar; estamos iniciando no dia de hoje uma segunda revolução interativa dada a amplitude de alcance dos canais abertos – disse Renan.

Presente à cerimônia, o senador Antonio Carlos Magalhães comemorou a escolha de Salvador para estrear, depois de Brasília, a transmissão em UHF, lembrando que a cidade foi a primeira capital do Brasil. Ele destacou a importância da TV Senado para o fortalecimento da democracia brasileira e da soberania do Legislativo.

– O Poder Legislativo jamais poderá ser soberano se não se comunicar bem. Por onde eu passo, no mais longínquo município baiano, falam da TV Senado e, com o novo canal, vão falar ainda mais – afirmou ACM, comemorando.

Já o secretário de Comunicação do Senado, Armando Rollemberg, ressaltou o pioneirismo do Senado ao constituir seus próprios meios de comunicação e destacou a isenção com que

matérias, reportagens e documentários são preparados pelos veículos da Casa.

– Que outro Senado no mundo detém veículos como esse? Não somos o único, mas certamente estamos no primeiro escalão em nível internacional – ressaltou.

Também participaram do evento o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), os senadores Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB), o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, além de diversos outros diretores e servidores da Casa.

As próximas capitais a receberem o sinal aberto da TV Senado serão Manaus (canal 57/UHF), Rio de Janeiro (canais 49 e 64/UHF), Recife (canal 55/UHF), Fortaleza (canal 43/UHF), Maceió (canal 35/UHF), Natal (canal 52/UHF), João Pessoa (canal 40/UHF), Goiânia (canal 21/UHF), Belém (canal 44/UHF), Cuiabá (canal 55/UHF), Boa Vista (canal 13/VHF) e Campo Grande (canal 34/UHF).

César Borges frisa papel cidadão da emissora

O senador César Borges (PFL-BA) registrou o início da transmissão do sinal da TV Senado em canal aberto na cidade de Salvador (BA). Ao homenagear a TV pelos seus dez anos de funcionamento, o senador atribuiu à emissora legislativa o feito de “ter operado uma revolução nas relações entre o Parlamento e a sociedade brasileira”.

– Desde sua inauguração, em fevereiro de 1996, a TV Senado vem exercendo um papel de destaque na formação da cidadania e servindo de modelo para as demais TVs legislativas do país.

A oferta da programação da emissora em canal aberto para 12 capitais brasileiras representará, na sua opinião, uma segunda revolução no funcionamento das TVs legislativas. Além de aproximar o eleitorado da atuação dos senadores – já que exhibe, sem cortes e ao vivo, o trabalho parlamentar no Plenário e nas comissões –, a TV Senado teria o mérito de mostrar a importância do Parlamento para a consolidação da democracia.

– Assistir à TV Senado é ter acesso livre à vida legislativa e parlamentar – disse.

REPRODUÇÃO



MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Criança precisa de proteção sempre

Dados do Ministério da Saúde revelam que, a cada ano, em razão de acidentes, morrem 6 mil crianças com menos de 14 anos e outras 140 mil nessa faixa de idade são hospitalizadas. Entre as vítimas de traumas e intoxicações caseiras, um terço são crianças de até nove anos. Anualmente, cerca de 1.500 crianças com menos de 14 anos morrem em atropelamentos e 20 mil se machucam.

Aproximadamente R\$ 63 mi-

lhões são gastos por ano pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento dos menores acidentados.

Os especialistas garantem que tomar conta das crianças, protegendo, educando e disciplinando, é a única forma de mantê-las longe de acidentes, muitas vezes graves e até fatais. Veja nesta e na próxima edição de *Especial Cidadania* sugestões básicas de como fazer para diminuir o risco de acidentes.



ANA VOLPE

Tomar conta das crianças, protegendo e educando, é a melhor forma de mantê-las longe de acidentes

Como evitar acidentes com bebês de até um ano

O primeiro ano de vida é um dos mais críticos. A curiosidade e a necessidade de se movimentar tornam essencial a proteção em tempo integral ao bebê. Veja as dicas de prevenção:

Banho – Verifique sempre a temperatura da água com um termômetro ou com o cotovelo. Nunca saia de perto da criança, nem por poucos segundos: a simples aspiração de água pode causar problemas. Separe tudo o que for necessitar antes e não se distraia com coisa alguma durante o banho.

Asfixia – Evite cobertores pesados, travesseiros fofos e coloque o berço e o cercado longe de fios soltos, cordas de venezianas e cortinas. Não deixe sacos ao alcance da criança e não permita que o bebê durma com correntes no pescoço ou cordão atado a chupeta.

Quedas – Não deixe a criança sozinha sobre camas, trocador de fraldas, móveis, etc. Não

use andadores. Eles podem causar sérias quedas.

Objetos – Não deixe ao alcance da criança alfinetes, agulhas, facas e coisas pequenas como botões e moedas, fáceis de engolir.

Berço – O berço e o cercadinho devem ter grades altas e com espaços pequenos, para evitar que o bebê passe a cabeça entre as barras.

Queimaduras – Não beba líquidos quentes com a criança no colo. Aquecedores, garrafas térmicas

e ferro de passar roupa devem ser mantidos fora do alcance da criança, assim como a área próxima ao fogão. Em tomadas elétricas coloque um esparadrapo ou protetor próprio.

Viagens – Transporte a criança no colo apenas se for no banco traseiro do carro.

Escadas e portas – Escadas devem permanecer cercadas e as portas devem ser travadas com um peso ou presilha para impedir esmagamentos.

Atenção constante diminui os riscos de afogamento, asfixia e quedas

Aprenda como agir em caso de acidente e esteja preparado

Mantenha os números dos telefones de emergência próximos aos aparelhos de telefone de sua casa. Peça aos avós, parentes e amigos para também os terem, caso você costume deixar a criança com eles, mesmo que por pouco tempo.

Em caso de acidente, ligue de imediato para o hospital mais próximo ou para o Corpo de Bombeiros. Se necessário, peça para falar com alguém habilitado e solicite orientações pelo telefone de como proceder até a ambulância chegar ou até você chegar com a criança ao hospital.

Na hora de prestar socorro,

não faça nada sem a certeza de estar tomando a medida correta. O ideal é fazer um curso de primeiros socorros ou, pelo menos, ter em casa e sempre à mão um livro completo sobre o tema. Um kit de primeiros socorros também é importante. Ele deve ter os seguintes itens básicos: agulhas para remover lascas, algodão, ataduras, simples e elásticas, bolsa de água quente, hastes flexíveis de algodão, esparadrapo micropore, garrafa de água, gaze estéril, lenços, luvas descartáveis, pinça, sabão, solução anti-séptica, termômetro e tesoura.

Saiba mais

Criança Segura
www.criançasegura.org.br
SP - Rua Teodoro Sampaio, 1.020, cjto 1.008 - Pinheiros São Paulo (SP) - CEP 05406-050 (11) 3371-2384
PE - Rua General Joaquim Inácio, 465, sala 603

Ilha do Leite
Recife (PE) - CEP 50070-270 (81) 3223-0336
PR - Avenida Cândido de Abreu, 776, sala 506 Centro Cívico Curitiba (PR) - CEP 80530-000 (41) 3023-7070

Brincar exige supervisão

Brinquedos

- ▶ Escolha os brinquedos com base na idade, no interesse e habilidade da criança e siga as recomendações do fabricante.
- ▶ Procure brinquedos com selo de garantia do Inmetro e evite comprá-los em camelôs ou contrabandeados: estes em geral não cumprem as especificações de segurança e podem conter peças pequenas ou tintas tóxicas.
- ▶ Inspeção os brinquedos regularmente à procura de potenciais riscos, como pontas afiadas e arestas. Conserte o brinquedo ou mantenha-o fora do alcance da criança.
- ▶ Evite usar balões de látex/bexiga ou guarde-os fora do alcance das crianças. Após o uso, esvazie as bexigas e descarte-as juntamente com eventuais pedaços.
- ▶ Brinquedos com correntes, tiras e cordas com mais de 15 cm devem ser evitados para reduzir o risco de estrangulamento.
- ▶ Evite brinquedos com baterias, tomadas elétricas, etc. para crianças com menos de oito anos.
- ▶ Brinquedos dirigidos pela criança devem ser usados em locais seguros, evitando escadas, rua, piscina, lago, etc.
- ▶ Ensine a criança a guardar seus brinquedos. Um local seguro para guardar previne quedas e outros acidentes.
- ▶ Brinquedos para crianças maiores podem ser perigosos para os menores e devem ser guardados separadamente.
- ▶ Use presentes (bicicletas, patins, patinetes e skates) para ensinar a criança sobre segurança na diversão.
- ▶ Dê ao seu filho os itens de segurança necessários, como capacete, joelheira, cotoveleira, luvas e buzina.
- ▶ Não deixe a criança brincar com pipas onde existam fios elétricos; nem no alto de

prédios ou de lajes. Também o cerol (material cortante passado na linha da pipa) deve ser proibido.

Na água

- Ao contrário dos adultos, as partes mais pesadas do corpo da criança pequena são a cabeça e os membros superiores. Por isso, ela perde facilmente o equilíbrio ao se inclinar para frente e podem se afogar em banheiras, baldes e vasos sanitários, e não só em de piscinas, rios, represas, mares, etc. Para prevenir:
- ▶ Nunca deixe a criança sozinha dentro ou próxima da água, mesmo em lugares considerados rasos.
- ▶ Guarde baldes, recipientes e piscinas infantis vazios, virados para baixo e fora do alcance das crianças.
- ▶ Feche sempre a tampa do vaso sanitário e o banheiro.
- ▶ Em mares, rios e lagos, preste muita atenção à criança. Fique alerta às mudanças de ondas e correntes.
- ▶ Sempre use e exija que a criança coloque colete salva-vidas aprovado pela guarda costeira quando estiver praticando esportes aquáticos.
- ▶ Observe se na praia ou no clube existem salva-vidas e onde estão.
- ▶ Quando seu filho for visitar amigos ou vizinhos que têm piscina em casa, certifique-se de que será supervisionado por um adulto enquanto brinca na água.
- ▶ Instale cercas de isolamento ao redor da piscina com pelo menos 1,5 metro de altura, portões e travas.
- ▶ Tenha um telefone próximo à área de lazer e o número da central de emergência.
- ▶ Alarmes e capas de piscina garantem mais proteção, mas devem ser usados em conjunto com as cercas e a constante supervisão dos adultos.

▶ Coloque a criança em aulas de natação. Se você não sabe nadar, matricule-se também.

No parquinho

- ▶ O parquinho deve ter brinquedos próprios para a idade da criança.
- ▶ Verifique se os brinquedos não estão enferrujados, quebrados ou se não têm superfícies perigosas. Denuncie qualquer problema à escola, condomínio ou prefeitura.
- ▶ O parquinho deve ter um piso que absorva impacto, como gramado, piso emborrachado ou areia fina, jamais um piso de concreto ou pedra.
- ▶ Tire o capuz e o cachecol de todas as crianças para evitar risco de estrangulamento.
- ▶ Ensine à criança não empurrar, não dar encontrões e nem se amontoar.
- ▶ Mostre à criança quais são os brinquedos próprios para ela.

Esporte

- Proteção e segurança nos lugares de prática de esportes e obediência às regras podem reduzir a frequência e a seriedade das lesões. Para praticar esporte a criança deve:
- ▶ Passar por um exame médico completo.
- ▶ Estar em condições físicas e psicológicas de praticar as atividades.
- ▶ Praticá-las com crianças de sua mesma faixa etária.
- ▶ Ser treinada por pessoa capacitada a prestar primeiros socorros em caso de acidentes.
- ▶ Ser supervisionada por um adulto enquanto joga.
- ▶ Beber bastante líquido antes, durante e depois da prática esportiva.
- ▶ Ter um intervalo adequado entre as atividades
- ▶ Parar de jogar se estiver machucada.